Um Grande Projeto Nacional

ENÉAS

PRESIDENTE

PRONA 1998

Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRONA

Um Grande Projeto Nacional

Dr. Enéas Ferreira Carneiro
Presidente Nacional
1998

Índice

Presidente Nacional
Dr. Enéas Ferreira Carneiro

Coordenador Político Nacional
Dr. Luiz Pacces Filho

Representante no Congresso Nacional
Dep. Fed. Dr. De Velasco

Diretório Nacional

Dr. Enéas Ferreira Carneiro - RJ
Dra. Maria Celeste Suassuna - RJ
Prof. Irapuan Teixeira - RS
Sra. Maria Anunciada Lima de Aquino - DF
Dr. Elimar Máximo Damasceno - RJ
Dr. Vanderlei Assis de Souza - RJ
Prof. Moacyr Barros Bastos - RJ
Dr. Samuel Alleyne Neto - RJ
Sr. Divino José Valentim - RJ
Dr. Amauri Robledo Gasques - SP
Sr. Leandro Troíjo Júnior - SP
Dra. Diva da Silva Nascimento - SP
Sra. Selene Maria de Moraes Guimarães - RJ
Dra. Havanir Tavares de Almeida Nimtz - SP
Prof. Marcos Coimbra - RJ
Dra. Rosana Maria Ferreira e Silva - AM
Prof. Edgard Manoel Azevedo - RO
Sr. José Maria Queiroz - RR
Prof. Zenilda Corrêa de Freitas - MS
Sra. Adina de Olivcira Meirelles - ES
Sr. Duarte José do Couto - AC
Dr. Ildeu Alves de Araújo - DF
Dr. José Uchôa de Aquino - DF
Srta. Janete Ferreira Carneiro - DF
Dr. Everaldo da Silva Araújo - PA
Dr. Rui Augusto Mattos Nogueira - DF
Sr. Daniel Pereira de Melo – RJ

SUPLENTES DO DIRETÓRIO NACIONAL

Dr. Fábio do Ó Jucá - RJ
Dr. Lenine Madeira de Souza - RJ
Sra. Maria Isabel Severo Teixeira - RS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Dra. Avani Dias de Araújo
Dr. Ildeu Alves de Araújo
Dr. Jorge Garcia Leite
Dr. Luiz Pacces Filho
Dr. Paulo César Corrêa
Dr. Paulo César Marques De Velasco

PRESIDENTES REGIONAIS

Sr. Duarte José do Couto Neto - AC
Sr. Claubenil Botelho de Paiva - AP
Dr. Luiz Roberto dos Reis - PA
Dra. Rosana Maria Ferreira e Silva - AM
Dr. José Uchôa de Aquino - DF
Sra. Zenilda Corrêa de Freitas - MS
Dr. Marcio Barbosa Gomes - MT
Sr. Agenor Alves de Almeida- SE
Dr. Jamil Nakad - PR
Dr. Enéas Ferreira Carneiro - RJ
Sr. José Maria Queiroz - RR
Dr. Luiz Carlos Fontana - ES
Prof. Edgard Manoel Azevedo - RO
Dra. Havanir Tavares de Almeida Nimtz - SP
Sra. Maria das Graças Fernandes Calazans - RN
Prof. Irapuan Teixeira - RS
Dr. Lorival Hari Hubner Saade - SC
Dr. Nilson Omar Rodrigues - GO
Sr. Severino Barbosa Nunes - PI
Sr. Antônio Cícero Lopes Assunção - MA
Dra. Delma Gama e Narici - BA

Sr. José Cristóvão Galindo - CE
Sr. Ary Ribeiro Correia de Araújo - PE
Dr. Osório Alexandrino de Souza - MG
Dr. Irineu Polachini - TO
Dra. Martha Izabel de Oliveira Silva - PB
Sr. Agenor Alves de Almeida - SE

EQUIPE DE APOIO

Atayde Patreze
Edigard Ferraz Machado
Caê Fernando R. Pontes
Derli Azevedo Minguta
Eustachio José Carneiro
Ricardo M. S. Gonçalves.
Júlio Gasques Lopes
Ricardo Nimtz
Marcelo Pacces
Pedro Nelson Roefler
Patrícia Freitas Lima
Rosimeire Rosangela da Silva
Rosane de Fátima Lebelein
Maria do Carmo Lira de Jesus

MANIFESTO DO PRONA

Em 06/04/1989

O DESAPARECIMENTO DA AUTORIDADE

Nós, brasileiros de todas as partes, de todas as raças, de todos os credos, de todas as classes, insatisfeitos, preocupados e possuídos de absoluta desesperança com o quadro político vigente, cientes de que as organizações políticas atuais não correspondem aos anseios do povo como um todo, decidimos fundar o PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL (PRONA), sem nenhum vínculo com qualquer organização já existente.

O Brasil vive, em nosso tempo, um momento crucial de sua história como nação, talvez o pior, se a análise for feita em termos de alguns parâmetros como **economia, educação e saúde.**

Esmagado pela pressão internacional, assolado por crises internas, o país vem mergulhando, nas últimas décadas, em um processo de indefinição política onde é notória a ausência de autoridade em tudo aquilo que se faz ou se planeja fazer.

Da ação centralizadora, das décadas de 60 e 70, que esmagava o livre pensamento e silenciava as vozes de oposição, chegou-se, num processo dialético, à sua antítese, à não-autoridade, à não-decisão, à não-realização, à inação, à quase anarquia. O país está à beira do caos.

A ação de qualquer grupamento social -- de uma escola, de um hospital, de uma empresa, enfim, de qualquer organização dentro da sociedade -- é, em última análise, o reflexo do que se passa no vértice da pirâmide social, ou seja, no Governo.

Todo poder existe para ser efetivamente exercido. E convivemos todos nós, neste país, com uma absoluta crise de autoridade.

Diante dos acontecimentos que têm chocado a nação nos últimos tempos, alguns até com repercussão internacional, todos divulgados à farta pela Imprensa, procuram-se e não se encontram os responsáveis diretos pelos fatos. A responsabilidade se dilui, como está diluída a autoridade.

É fundamental que seja restaurada a autoridade em todos os níveis de ação pública e, com ela, a responsabilidade. Não existe autoridade sem responsabilidade. A existência de uma implica a outra.

A DESORDEM

Imbricado no desaparecimento das diversas formas de autoridade, e dele decorrente, veio diminuindo, "*pari passu*", o respeito à lei e crescendo a desordem, que se sobrepôs, pouco a pouco, às leis vigentes. Leis, há muitas. Simplesmente elas não são cumpridas. Com o desrespeito à lei, instalou-se a desordem, tornando-se impossível, à ausência de ordem, o desenvolvimento de qualquer atividade produtiva. A inépcia administrativa, a desídia no cumprimento das obrigações, a incúria na realização de qualquer tarefa, prendem-se, necessariamente, ao desaparecimento do binômio autoridade -- ordem.

A desordem é um fenômeno natural que se manifesta pela ação das próprias forças de um sistema deixado à sua sorte. Isso vale em qualquer nível de organização. É um fato científico.

Uma gigantesca onda de desordem assola o país, desordem esta que faz com que nada funcione direito, com que não se saiba a quem reclamar sobre coisa alguma, desordem que pressupõe a ausência absoluta de responsabilidade em todos os níveis, desordem que lança os cidadãos -- principalmente os pobres -- num desespero profundo, numa falta de segurança ante o futuro, e que os faz, em última instância, não acreditar em nada.

A desordem tornou-se a regra no país -- desordem política, desordem administrativa, desordem econômico-financeira, desordem moral.

O estado de absoluta desordem em que o país se encontra, bem como o mau exemplo que chega à sociedade vindo do poder constituído, estimulam o que de pior existe em qualquer ser humano -- a ganância, a corrupção, a necessidade de ganho fácil, a desonestidade -- criando uma sociedade onde imperam o ódio, a violência, a desconfiança, a não-cooperação, enfim, criando não apenas uma sociedade onde existe a natural luta de classes, mas, isto sim, um bando desordenado onde cada um, desesperadamente, decide lutar pelos seus próprios interesses numa corrida desenfreada de salve-se quem puder, um lutando contra o outro, sem nenhuma perspectiva, sem nada a ser divisado no horizonte, uma vez que tudo aponta numa direção só -- de uma desordem maior.

A crise não é apenas de um estrato da sociedade. Não é crise dos operários, dos bancários, dos comerciários, dos industriários, dos

securitários, dos professores, dos médicos, dos engenheiros, dos empresários. É uma crise de toda a sociedade.

A sociedade brasileira está doente. Padece de um quadro de atetose, expressão que traduz, em linguagem médica, uma certa forma de incoordenação motora. Os diversos segmentos da sociedade, desarticulados, debatem-se, em paroxismos espasmódicos, cada um tentando sobreviver ao verdadeiro estado de choque em que se encontra a nação.

Do jeito em que estamos, como um navio sem rumo, soprado pelos ventos do neoliberalismo econômico, cada um entregue à sua própria sorte, **não chegaremos a lugar nenhum a não ser que a sociedade, como um todo, se una em torno de uma idéia central, para que possamos emergir do fundo do oceano de inópia cultural, em que todos nós estamos mergulhados, para uma situação de ordem, com justiça social**, ordem que não será eterna, porém que, ao concluir o seu ciclo, nos deixará em um patamar mais elevado da condição humana.

02 -- O ESTADO -- O QUE É ?

Existindo desde os primeiros grupamentos humanos, confundindo-se aí com a própria sociedade, ou emergindo mais tarde, como uma instituição criada dentro dela, e visando a regular, a disciplinar o convívio dos homens para o bem comum, ou, como escreveu **Engels**, destinando-se apenas a manter os privilégios da classe dominante, surgindo a partir desta ou daquela origem, o fato é que todos nós nos submetemos, queiramos ou não, às regras do Estado.

Se um de nós tem bastante dinheiro, e pode mudar de país, deixará, então, de submeter-se às leis do Estado brasileiro.

Mas, imediatamente, terá toda sua atividade controlada pelas leis de outro país, terá que obedecer às leis de outro Estado.

Se é assim, que ser estranho é esse? O que é, exatamente, o Estado?

A definição do Estado vem sendo tentada, através dos tempos, por filósofos, juristas e sociólogos.

Kant, o grande pensador alemão, dizia que o Estado é uma reunião de indivíduos sob a lei do Direito.

Muito embora se possa criticar a abrangência da definição -- um município não é um Estado -- nela, sem dúvida, já predomina o ponto de vista jurídico.

Quando surge o Estado, dizem os juristas, institucionaliza-se o poder.

"O Direito substitui a força e a razão se põe no lugar do arbítrio".

O Estado é, então, um sistema geral e completo de normas jurídicas, "é o todo jurídico", dizia **Kelsen**.

Mas existe um outro ponto de vista mais defendido pelos sociólogos, que liga o Estado à noção de força.

Segundo essa corrente, o Estado nada mais significa do que uma diferenciação entre governantes e governados, entre os mais fortes e os mais fracos.

É a noção de Estado-força, que se contrapõe, de modo mais realista, ao Estado-direito.

Weber é o pensador alemão em cujos escritos se consubstancia

melhor essa tese. Para ele, o Estado é a instituição moderna à qual cabe o monopólio da coação legítima.

A postura de **Weber** é de um realismo cru e amplamente criticado por aqueles que defendem aquilo que se chama o Estado moderno, o Estado de Direito, porque fundamentado na divisão dos poderes.

Claro que, em linguagem jurídica atual, o Estado pressupõe um povo, um território e um poder originário de mando, que se chama, hoje, poder constituinte.

Mas também é indiscutível o fato de ser, do ponto de vista político, a força, o poder coercitivo, o dado fundamental que permite a um Governo manter-se, entendendo-se o Governo como a parte viva do Estado, ou seja, como o Estado em ação.

Dissimulado, protegido e referendado por todo um arsenal de normas jurídicas habilmente redigidas e falaciosamente manipuladas, é, sem dúvida, o monopólio do direito do uso da força o elemento mais característico do Estado moderno.

Tudo o mais é conversa fiada.

03 -- O ESTADO, A LIBERDADE E A IGUALDADE

No mundo moderno muito se discute sobre **liberdade e igualdade**.

Em um dos extremos, a **igualdade absoluta,** repousa a tese marxista, a sociedade perfeita, o paraíso comunista, sem patrões nem empregados, sem herança, o mundo onde cada um dá de si segundo suas possibilidades, mas recebe segundo suas necessidades.

Não chegou a existir no planeta.

E, nos países onde se implantou o seu estágio prévio, o socialismo científico, tão logo foram erradicados a fome, a miséria e o analfabetismo, as diferenças individuais começaram a despontar, a necessidade de competição ganhou força e, dada a inserção dos países socialistas num mundo onde a economia é internacionalizada, aquele modelo econômico-social, lindo na teoria, veio a ruir na prática e, em quase todos os Estados socialistas, atualmente já está funcionando a economia de mercado.

Como a antítese da igualdade absoluta, no outro extremo desenvolve-se agora, no mundo, uma versão nova do liberalismo, o neoliberalismo, que, trocado em miúdos, estabelece a absoluta ausência de freios na Economia.

Segundo os neoliberais, o Estado não deve intervir no mercado. As leis do mercado são sábias e estabelecerão, cedo ou tarde, o equilíbrio nos preços.

É a liberdade absoluta.

Perdoem-me os senhores leitores. Mas, se a primeira tese, dos marxistas, é um sonho, porque os seres humanos são distintos um do outro em suas potencialidades e, mesmo, na dedicação ao trabalho, por outro lado, **a liberdade absoluta leva a um verdadeiro massacre dos mais fracos pelos mais fortes.**

Por isso, é dever do Estado intervir no sentido de compensar as diferenças individuais, criando uma igualdade de oportunidades.

Os mais capazes, os mais dedicados ao estudo e ao trabalho, irão

mais longe.

Vencerão, sem dúvida.

Mas só o Estado poderá, através de uma **tributação judiciosa**, e do estímulo aos investimentos produtivos com o desestímulo à atividade especulativa -- **redução drástica das taxas de juros reais**, criar uma distribuição de renda que permita, ao grande contingente de pobres e miseráveis, aos mais fracos, aos que perderam na competição, o acesso às condições de sobrevivência com o mínimo de dignidade humana.

Só o Estado tem condições de realizar, em tempo recorde, uma verdadeira revolução no sistema educacional em todo o país.

Só o Estado tem força para levantar uma soma de recursos que permita, num grande **projeto nacional**, resolver a questão do saneamento básico em todo o território brasileiro.

O Estado a que nos referimos não é o Estado que aí se encontra, fraco, inerte, propriedade dos políticos, sem nenhuma função social.

O Estado que nós preconizamos é um **Estado forte, técnico e intervencionista**, que privilegie o trabalho e a produção, em detrimento do capital especulativo.

04 - O ESTADO -- COM O PRONA NO PODER

O Estado tem uma responsabilidade definida em termos chegado à situação atual, de **caos institucional generalizado**.

Diante de um poder central enfraquecido, a luta pela descentralização torna-se desenfreada, quando, ao contrário, deveria existir uma **centralização doutrinária**.

Vejamos: Todas as grandes questões nacionais -- a educação de base, a saúde pública, a violência urbana e a criminalidade, a política industrial, a distribuição de renda, o menor abandonado, a crise habitacional, tudo, tudo passa a ser secundário diante de questões pequenas, questiúnculas mesmo, que se sobrepõem aos grandes problemas da nação.

Quem examinar as emendas apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento da União vai espantar-se, certamente, com a profusão de questões levantadas, em sua grande maioria refletindo apenas o interesse daqueles senhores em agradar a determinados grupos regionais, sem nenhuma preocupação com os grandes problemas da nação, esfacelando-se, com isso, qualquer grande **projeto nacional** que, aliás, há muito tempo não existe.

Nada do que está previsto na Carta Magna, a respeito do bem-estar social, é cumprido. A lei existe apenas no papel. É tudo uma fantasia jurídica muito bem elaborada, sem nenhuma correspondência com o mundo real.

Não há exemplos de grandes civilizações com Estados fracos. Na Inglaterra, na Alemanha, no Japão e mesmo nos Estados Unidos **as leis existem para serem cumpridas**. Lá, o cidadão acredita na lei e, assim, acredita no Governo.

Aqui, simplesmente ele não acredita em nada. E quanto mais o Estado se enfraquece, maiores as desigualdades sociais. Pois não se vá esperar que, com um nível de educação precaríssimo, possa a população brasileira lutar pelos seus verdadeiros interesses, que pressupõem a formação da cidadania, a partir do que uma decorrência natural passa a ser o desenvolvimento e o crescimento da nação.

Sem deter o mínimo de preparo, sem possuir qualquer capacitação técnica ou científica, um cidadão pobre aprende, apenas, a lutar pela sua sobrevivência -- comida na mesa e um canto para morar são o seu imperativo categórico.

Dele não se poderão exigir preocupações filosóficas. Há que suprir-lhe, antes de tudo, a vida vegetativa.

E um Estado que não se preocupa em corrigir as imensas desigualdades sociais de nossa terra é, necessariamente, um Estado fraco, servo dos grupos que se revezam no poder.

É mentira, é falso, é cínico chamá-lo de Estado democrático, apenas porque alicerçado em partidos políticos.

O Estado com o PRONA no poder será um Estado forte, técnico e intervencionista, voltado para o bem-estar de toda a sociedade brasileira.

05 - A CATÁSTROFE FINANCEIRA PLANETÁRIA

Na aurora do século XXI a humanidade assiste, estarrecida, a um fenômeno extraordinário e inédito em escala mundial que movimenta diariamente, como se fosse em um gigantesco jogo de bilhar, cifras monstruosas, que viajam em forma de bits e bytes, à velocidade da luz, transferindo, de um ponto para outro do planeta, fabulosas fortunas, em uma verdadeira orgia especulativa, completamente dissociada da realidade, sem nenhuma correspondência com a riqueza verdadeira do mundo físico – é o fenômeno chamado **globalização da Economia**.

Pode parecer, para os menos avisados – e aí se inclui, tristemente, a maioria dos cidadãos – que o processo está criando um mundo em que todos terão acesso a uma vida em padrões mais dignos, com maior justiça social. Isto é o que é alardeado por todos os meios de comunicação – estamos todos caminhando para um verdadeiro paraíso.

Na verdade, o que precisa ser dito é que apenas 2 a 3% de todas essas transações – que chegam a **3 trilhões de dólares por dia** – apenas 2 a 3% relacionam-se à indústria e ao comércio, enquanto a esmagadora maioria das operações financeiras é puramente especulativa, como se o dinheiro sozinho pudesse gerar dinheiro, numa fantasia assustadora que está levando a economia mundial a um abismo.

Até a década de 70 valiam as regras de Bretton Woods: o capital internacional, para fluir entre as nações em quantias vultosas, necessitava da autorização prévia do governo.

Havia o câmbio fixo entre as moedas dos grandes países industrializados e uma paridade fixa em relação ao dólar. O Banco Central Americano garantia tudo com a reserva em ouro.

Enfim, havia restrições ao livre trânsito do capital especulativo.

De lá para cá, desde 1973, quando os Estados Unidos declararam a ruptura unilateral com o acordo de Bretton Woods, desapareceram as barreiras.

Não mais é necessário haver reserva em ouro. A moeda deixou de ser o símbolo da riqueza, embora continue atrelada ao dólar. Ela agora é a própria riqueza. Uma ficção de tal monta, chegando às raias da insanidade, é referendada por uma série de organismos, no nível mundial, o chamado Sistema Financeiro Internacional – aí se incluem o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e outras instituições afins.

É o Império da Moeda, da falsa moeda, da especulação pura que está levando a humanidade à ruína, à destruição.

Pois bem, é com essa moeda falsa que os grandes especuladores mundiais estão comprando a riqueza real das nações do terceiro mundo.

Nós vemos com tristeza a alienação de todos os nossos patrimônios estratégicos: venderam, ou melhor, doaram dezenas de estatais, dentre elas 2 gigantes – Companhia Siderúrgica Nacional e a Usiminas – e a maior mineradora de ferro do planeta, a Companhia Vale do Rio Doce. Esta última foi entregue por 3 bilhões de dólares, enquanto só as jazidas já mensuradas e incluídas no patrimônio da Empresa estão avaliadas em cerca de 300 bilhões de dólares. E, se a isso for acrescido o patrimônio mineral ainda não identificado, porém sabidamente existente, chega-se a valores realistas da ordem de 2 trilhões de dólares.

Ela foi vendida -- doada -- por menos de 0,2% do seu valor.

O Brasil é o líder mundial em reservas de nióbio, titânio, de quartzo de 1ª qualidade, de bauxita.

Somos os maiores produtores de ouro da América Latina.

Temos o subsolo mais rico do planeta e vemos nossas riquezas sendo drenadas, a preços aviltados, para os países ditos ricos.

Mr. Clinton, o Presidente dos EUA, disse recentemente, no encontro das Américas, em Santiago, no Chile:

> "Your prosperity lifts ours.
> Our prosperity lifts yours."

Será isso verdade mesmo?

Das nossas reservas de manganês restam buracos gigantescos no Amapá e em Minas Gerais. E os milhões de toneladas que exportamos a preços vis estão atualmente na Pensilvânia, servindo para

compor as reservas estratégicas dos EUA e, quando todo o nosso manganês estiver acabado e quisermos fazer aço, quisermos desenvolver nossa Indústria Siderúrgica... aí, então, nós teremos que importar o manganês e pagaremos o preço que eles determinarem.

Mas não é só em minério que o Brasil é o país mais rico do mundo. Enquanto, pelo menos em um Estado dos Estados Unidos da América, já se faz necessária a dessalinização da água do mar, nós possuímos 21% da água potável do planeta, dos quais 15% estão na Amazônia.

Somos a 5ª potência do planeta em extensão territorial.

Recebemos energia solar o ano inteiro em todo o continente brasileiro. Essa quantidade inimaginável de energia é em parte armazenada nas ligações entre os átomos das moléculas de glicídeos e lipídeos nos vegetais, de onde é possível extrair álcool e óleos vegetais que poderão substituir grandeparte dos derivados do petróleo, isso permitindo que o Brasil obtenha a sua independência energética.

O Brasil não tem portos gelados, não tem terremotos, ciclones ou furacões. No entanto, tem dois terços da sua população vivendo em uma economia que é, na melhor das hipóteses, de mera sobrevivência, enquanto metade dos dois terços vive abaixo da linha divisória da pobreza – vive em um estado de miséria absoluta.

O governo brasileiro paga, aos credores internacionais e aos seus prepostos nacionais, cerca de metade da receita bruta da União. São pagos cerca de **5 bilhões de dólares por mês** de juros das Dívidas Interna e Externa que, juntas, chegam, hoje à cifra astronômica de **0,5 trilhão de dólares.**

O Governo mantém artificialmente estável a moeda nacional, o que não passa de um artifício monetário, escondendo o crescimento desordenado do endividamento público e a destruição de todo o parque produtivo industrial da nação, com a abertura indiscriminada à importação de produtos industrializados no exterior e até à importação de alimentos.

Nosso Partido, o **PRONA**, insurge-se contra todo esse estado de coisas. Nós concordamos com aqueles que afirmam ser fundamental um novo Bretton Woods.

Mas, como nós não temos a condição para impor tal acordo

no cenário internacional, **e como dispomos, em nosso território pátrio, de praticamente tudo de que necessitamos,** só nos resta uma opção para não naufragarmos junto com o navio que está fazendo água.

NÓS VAMOS ROMPER COM O SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL!

Não é uma ruptura com nenhuma nação em particular.

É uma ruptura com esse modelo anacrônico, que nos foi imposto pelo Sistema Financeiro Internacional, com a conivência dos nossos dirigentes.

Não aceitaremos mais a extorsão de que vimos sendo vítimas, ao alvitre dos grandes especuladores.

Sentaremos à mesa de negociações como um Estado soberano, que não estará mais de joelhos no cenário internacional.

Se quiserem comprar nossas matérias primas, que paguem o preço justo por elas. E justo será o preço discutido e não imposto pelos compradores.

Nossas taxas de juros serão as mais baixas possíveis, por exemplo, as taxas com que é paga a remuneração das nossas reservas.

E, assim, proclamaremos a independência econômica do Brasil.

06 - A DESORDEM NA EDUCAÇÃO: O RETRATO DA SITUAÇÃO ATUAL

A educação, esteio de qualquer sociedade, chegou a um nível crítico, inaceitável frente aos recursos gigantescos que são mobilizados pelo erário público para outros fins. E a falha no processo educacional é visível em todos os escalões — do primeiro grau à universidade.

A Questão do Vernáculo

Neste particular, no cenário de onde podem ser pinçados diversos aspectos da educação, **vale ressaltar o que vem acontecendo com a língua pátria.** Triste a condição a que chegou o vernáculo, que, num processo de deterioração progressiva, vem sendo relegado à condição de um problema sem nenhuma importância em todos os meios. Fala-se muito mal no Brasil. E escreve-se pior. Raro é o periódico onde, a cada caderno e, às vezes, a cada página, não podem ser assinalados erros imperdoáveis na escrita da nossa própria língua.

E como, em quase todos os lugares, nos jornais, no rádio, na televisão, nos avisos colocados nas ruas pelo Governo, nos impressos em geral, particulares e de órgãos públicos, quase sempre há erros de sintaxe e até de ortografia, é impossível, a qualquer cidadão que não tenha tido uma educação esmerada no que concerne a Português, saber se está diante do certo ou do errado, uma vez que, no seu espírito, ambos se confundem.

De tanto ver repetidos os erros, o brasileiro com eles se habitua, incorpora-os e passa a defendê-los como se fossem propriedade sua, afastando-se, cada vez mais, das formas genuínas do falar e escrever, e perdendo aquilo que, mais do que qualquer outro traço cultural, a língua lhe confere – a sua identidade como cidadão.

A língua é o maior de todos os patrimônios de um povo. **Desrespeitá-la é desrespeitar a própria nacionalidade.** O desrespeito à língua caminha junto com o desrespeito às outras instituições do país. É mais um exemplo de deterioração da sociedade.

A Escola e o Modelo Atual de Educação Básica

A escola atual não educa, apenas instrui **de forma que deixa muito a desejar.** A realidade é que, mesmo numa escola "forte", será difícil educar se no educando não existir receptividade para tanto.

Atualmente em voga é a permissão de uma quase total indisciplina para o educando. A repressão dos impulsos do educando malcriado poderia traumatizá-lo e criar futuros complexos — essa é a tese em vigor.

Desapareceu, por isso, quase que por completo, **a autoridade do professor.**

Mas, "na infância e na adolescência prevalece o instinto cego, que deve ser orientado e disciplinado pela razão dos adultos".

O problema educacional é uma síntese orgânica de ciência e arte que exige, do educador, plenitude de conhecimento e realização. Atualmente, nas nossas escolas, o mundo dos valores está quase totalmente negligenciado; está se atrofiando, enquanto o mundo dos fatos se hipertrofia.

O processo educacional compreende um binômio professor-aluno.

Com professores mal remunerados, mal preparados e, por tudo isso, desmotivados, o que se pode esperar de sua atividade profissional?

Muitos ainda acreditam no que estão fazendo. São verdadeiros heróis.

Os alunos, por sua vez, desestimulados, mal alimentados e com um vocabulário paupérrimo, têm um universo semântico reduzidíssimo.

Como dizia *Whitehead*, **o universo de uma pessoa é o universo das palavras dessa pessoa.**

A demanda por vagas nas escolas públicas é muito grande. São filas gigantescas de pais suplicando uma vaga.

Algumas escolas, para atenderem à grande demanda, têm que funcionar em dois ou até três turnos.

O resultado é que a criança passa um tempo mínimo, menos de quatro horas, na escola.

Ensina-se-lhe muito pouco!

E exige-se dela menos ainda!

Assim, as crianças ficam o resto do tempo nas ruas, ou em horas intermináveis diante da televisão, sem aprender nada que preste.

Conhecimento não ocupa lugar, mas exige tempo.

O Salário do Professor

A questão salarial dos professores não pode ser tratada com o descaso que tem sido a regra normal de procedimento dos governos.

Toda e qualquer forma de trabalho merece respeito. Mas há certas atividades que, pela sua relevância do ponto de vista social, foram reconhecidas, de há muito, merecedoras de uma posição de destaque nas diversas sociedades humanas.

Tal é o caso do **Juiz de Direito,** do **Médico** e do **Professor.**

No passado, não há quem possa negar a auréola com que cada um de nós cercava sua professora, do antigo curso primário.

A imagem da professora, com o seu nome repetido nos cabeçalhos diariamente escritos em nossos cadernos, acompanhava-nos por toda a vida e, já adultos, tínhamos momentos de grande emoção ao relembrar aqueles tempos da infância.

Destruíram essa imagem, num processo de falso modernismo que pretende destruir todos os valores tradicionais de nossa cultura.

O Currículo e os Livros Didáticos

É impressionante o prejuízo causado às famílias pela ausência de um currículo escolar **mínimo adotado em todo o país,** para as crianças em idade escolar.

Chega-se ao absurdo de um irmão não poder usar o livro do outro, utilizado um ano antes, às vezes na mesma escola.

Basta mudar o professor ou o diretor. Novo professor, nova orientação, novos autores escolhidos, novo material didático.

E os livros são apresentados em um enorme leque de opções, livros caros, alguns a quatro cores.

A quem serve toda essa liberdade? Certamente que não é aos alunos, e muito menos aos chefes de família.

Alguns dirão que sim, que é bom poder escolher, mas a sociedade toda é que perde com isso.

Quem ganha, indiscutivelmente, são as editoras.

Um outro problema decorrente da não uniformização do currículo básico é a dificuldade que tem uma criança para adaptar-se a uma nova escola, quando o chefe da família é transferido de um Estado para outro, ou mesmo dentro do mesmo Estado.

Às vezes a criança tem que perder um ano de atividade escolar para adaptação ao novo currículo.

Se a instrução é péssima, formando verdadeiros **pacóvios,** a educação, no mais amplo sentido do termo, já não existe mais.

Não se ensinam mais os valores de civismo, de ordem e de respeito.

Acabaram com tudo !

E o fizeram de propósito, para conduzir nosso povo, tal uma grande manada de búfalos, para um verdadeiro precipício.

A Educação Moral (A Formação de Valores)

A tônica atual dos meios de comunicação é mostrar, em seus programas, principalmente nas novelas, a vitória da patifaria, o sucesso do mau caráter, a importância do vale-tudo para progredir na vida.

A tese defendida por eles é que essa é a realidade social, é disso que a sociedade gosta, e o papel da Imprensa é mostrar essa realidade.

Mas, os ilustres donos e profissionais dos meios de comunicação esquecem-se de que a sociedade brasileira não é constituída, em sua maioria, de patifes.

Muito ao contrário, a maioria da população é formada por pessoas de bem, pessoas que trabalham, que produzem, e que adorariam ver bons exemplos na tela da televisão, para reforçar os ensinamentos de virtude e formação de caráter que, apesar de tudo, ainda tentam transmitir aos seus filhos.

Nós, do **PRONA,** somos radicalmente contra a apresentação de cenas de lascívia, de luxúria, de sexo quase explícito num

horário em que as crianças estão, junto com seus pais, diante da tela.

A infância, para nós do **PRONA,** deve ser respeitada como tal.

A televisão dissemina uma idéia falsa, de que os valores éticos não existem mais.

Ela trata os casos episódicos, esporádicos, ocasionais, como se fossem a regra. Muita gente já pensa que a maioria das pessoas não presta, que não há vantagem alguma em ser honesto, que o estudo não é importante, que não é nada de mais ter experiências homossexuais, que tudo é válido etc, etc.

Isso passa a ser sinônimo de moderno. Tudo o mais é anacrônico, é obsoleto, é "careta".

Os pais não têm como exercer controle sobre as informações que os filhos recebem através da televisão, e o resultado é que estamos formando uma geração sem valores, perplexa, desorientada, que não tem nenhum balizamento, nenhum sistema de referência, que não distingue o certo do errado, porque eles se misturam em seu espírito.

07 - O ENSINO BÁSICO O 1º GRAU

Começa-se um edifício pelo alicerce, logo, a primeira mudança será rever o nosso ensino de primeiro grau público ou privado.

O objetivo será **INFORMAR** e **FORMAR** a criança de modo prático, formando um cidadão dentro da realidade nacional.

O atual curso de primeiro grau será dividido em duas etapas:

Curso primário: os quatro primeiros anos.

Curso ginasial: os quatro anos seguintes.

Abordemos inicialmente a sistemática que será desenvolvida para o curso primário.

Curso primário: as crianças, que se encontram em uma fase de formação da personalidade, estão enriquecendo o seu mundo com as informações que recebem oriundas de tudo que as cerca.

O cérebro de uma criança, já dizia Aristóteles, o grande estagirita, é um livro com todas as páginas em branco.

Cumpre nelas escrever, com tinta indelével, não só os princípios de civismo que irão nortear toda a sua ação futura, como também o alicerce, os pilares, as vigas mestras de todo o seu aprendizado.

Com um curso básico bem feito, sempre será mais fácil encontrar um bom caminho em qualquer profissão.

"Quem tem um bom primário terá uma boa universidade", na feliz expressão do Dr. Tarantino, ilustre Professor Titular de Pneumologia no Rio de Janeiro.

Deve, então, o professor do curso de primeiro grau cuidar para que as informações transmitidas às crianças tenham o maior grau de precisão possível, para que, a partir de um mínimo de conhecimento já estruturado, daí, sim, possa advir a pesquisa e o debate das idéias.

A figura do professor vem sendo desvirtuada, como se ele não precisasse ensinar coisa alguma.

É o aluno que aprende, dizem alguns teóricos modernos.

É verdade.

Mas, orientado para não perder tempo e estimulado a ver beleza em terrenos onde aparentemente só há aridez, o aluno terá o seu aprendizado infinitamente mais fácil.

É na infância que se adquire o amor, o gosto pelo conhecimento, e é a partir daí que se adquire o hábito saudável de estudar.

É preciso voltar ao modelo tradicional, **em que o máximo era exigido de cada aluno.**

E ainda existem escolas, no Brasil, que continuam fazendo isso.

Chega de experimentar teorias, geração após geração, criando uma legião de mentecaptos, incapazes de concorrer no mundo moderno, por absoluta falta de preparo básico, por ignorância crassa dos fatos mais elementares de um aprendizado básico.

A escola funcionará em tempo integral, e nela será restaurada a educação tradicional.

Se faltarem escolas, elas serão construídas em tempo recorde com a ajuda da população – o Estado fornecerá o material, a população dará o trabalho.

Não haverá necessidade de verbas astronômicas para construir CIEPs, CIACs ou outros gigantes de concreto armado que só servem para o enriquecimento de construtoras e dos intermediários dessas obras.

Serão construídas escolas simples, onde a criança terá aulas, alimentação e atividade física.

Não há necessidade de uma grande quadra de esportes com piscina.

Um grande centro de esportes poderá servir para a atividade desportiva de muitas escolas situadas no mesmo bairro, possuindo piscinas, quadra de esportes e tudo o mais.

O salário dos professores do curso básico será **único,** será o mesmo em todo o país para um determinado número de horas de aula.

Nas escolas públicas ou particulares, em todo o Brasil, as crianças vão assistir, diariamente, ao hasteamento da bandeira e vão cantar o hino nacional.

Vamos reedificar todos os valores da nossa cultura.

A imagem do professor vai voltar a ser respeitada, seguida e copiada pelos alunos, que vão voltar a admirá-lo.

Aí ele voltará a ter autoridade na sala de aula.

Porque não existe autoridade se antes não existir o respeito.

Todos os meios de comunicação vão participar dessa grande cruzada educacional.

Há estudos sérios realizados no Brasil e no exterior por psicólogos, médicos, educadores e sociólogos mostrando o caráter deletério que têm certos programas de televisão, disfarçados de "arte" ou "realismo", na formação moral das crianças.

O **PRONA tem coragem** de definir um processo claro de atuação direta nos meios de comunicação de massa.

Reza a Carta Magna, no seu artigo 223, que compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar concessão,** permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Na verdade, o capítulo V da Constituição, que trata da Comunicação Social, contém, em seus artigos 220 e 221, aí embutidos, de modo claro, os recursos jurídicos de que pode lançar mão um governo sério no sentido de proteger a família e, em particular, a criança, da licenciosidade, da total falta de respeito a uma formação moral digna, que são hoje a regra na programação do horário nobre.

O Estatuto da Criança e do Adolescente acabou de completar 8 anos de existência.

Festas, programações riquíssimas com artistas de televisão, discursos emocionados das autoridades... e, de ação concreta, absolutamente nada.

Em particular, a questão do menino de rua mereceu um capítulo inteiro deste nosso trabalho.

Vamos convocar professores já aposentados, que têm mais experiência, para colaborar nesse grande projeto.

Ganharão um estipêndio para isso, e estarão ajudando a reedificar a ordem nacional.

A reciclagem profissional dos professores será obrigatória,

com a participação efetiva do Estado, inclusive no custeio das despesas com passagens, alimentação etc.

Já não se faz isto com deputados, pagando-lhes viagens, até para o exterior, com diárias de centenas de dólares ?

O atualmente chamado 1° grau vai ser dividido em curso primário, com 4 anos, e curso ginasial, também com 4 anos, como já foi no passado.

Voltará a existir o exame de admissão, como uma forma de auto-realização da criança, que terá a sensação de etapa vencida.

Paralelamente ao curso ginasial, serão iniciados os cursos profissionalizantes.

Cada escola terá um diretor com plenos poderes para fazer funcionar bem a unidade que dirige.

Terá autoridade. E, com ela, terá responsabilidade.

Será feita a cobrança sistemática de sua atuação, pelo governo e pela população.

O currículo vai ser unificado em todo o território nacional.

Um currículo único, com o mínimo que deverá ser ensinado aos alunos e deles exigido.

A escola que quiser terá liberdade absoluta para ensinar qualquer disciplina a mais, poderá acrescentar o que bem lhe aprouver, Canto Orfeônico, Língua Estrangeira, Balé etc.

Mas não poderá, **sob nenhuma hipótese,** ensinar menos.

Serão padronizados os livros didáticos adotados em todo o país. **Um** só livro de Português, **um** só livro de Matemática, um de Estudos Sociais e **um** de Ciências.

Todos feitos com material durável.

Chega de livros consumíveis !

Nada de impressão a quatro cores !

Poremos um fim nessa verdadeira orgia editorial.

No que concerne ao estudo da Língua Portuguesa, vai ser exigido o mínimo de conhecimento do vernáculo, mínimo que, outrora, era ministrado nos cursos primário e secundário.

Já enfatizamos a incúria, o desleixo, **a verdadeira falta de higiene vernacular** que caracterizam o modo de expressão que se tornou a

regra no país, com a desculpa de "linguagem moderna".

O jargão, o caçanje, a linguagem chula, os solecismos, as agressões violentíssimas às normas gramaticais são a tônica dos pronunciamentos da maioria daqueles que, atualmente, detêm o poder no país ou se apresentam como candidatos aos cargos eletivos.

A importância da linguagem não reside apenas na sua concepção estética.

Na verdade, quanto mais precisa e mais clara é a expressão do pensamento, mais fácil é a comunicação entre as pessoas.

A este respeito, cumpre narrar um fato que se passou há cerca de 2 milênios.

Perguntaram certa vez a Confúcio o que faria em primeiro lugar se tivesse que administrar um país.

"Seria evidentemente corrigir a linguagem", respondeu ele.

Seus interlocutores ficaram surpreendidos, e indagaram porquê.

Foi a seguinte a resposta do Mestre:

"Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer; se o que se diz não é o que se pretende dizer, o que deve ser feito deixa de ser feito; se o que deve ser feito deixa de ser feito, a moral e as artes decaem; se a moral e as artes decaem, a Justiça se desbarata; se a Justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão. Não pode, portanto, haver arbitrariedade no que se diz. É isso que importa, acima de tudo."

Nós iremos promover uma campanha permanente, de âmbito nacional, com o objetivo específico de corrigir a linguagem em tudo aquilo que for escrito no país – revistas, jornais, livros, anúncios, placas de sinalização etc – restabelecendo, no povo brasileiro, o respeito pelo vernáculo, o amor pela sua língua pátria.

As crianças participarão dessa cruzada.

No nosso grande Projeto Nacional de Educação, a televisão terá papel ativo, vinculando programas que ensinem a falar corretamente.

Será a Escola na Televisão.

E a Televisão Brasileira será um exemplo no mundo! É na infância que começa a grande caminhada na estrada do conhecimento.

E só o conhecimento liberta o homem. O homem que sabe é mais livre do que o homem que não sabe.

Nossas crianças aprenderão também a conhecer sua pátria.

Conhecendo-a , vão aprender a respeitá-la.

E só assim poderão vir a amar o Brasil e lutar por ele.

Dessa forma, de nossa terra emergirá um batalhão de jovens inflamados pela grandeza de um ideal, que farão o Brasil despertar finalmente do seu berço esplêndido, emergir do sono cataléptico em que está mergulhado, e o levarão, na aurora do terceiro milênio, à condição de maior potência do planeta.

08 - O ENSINO MÉDIO: O 2º GRAU

O segundo grau é uma continuidade natural do 1º grau. Nessa fase, porém, o educando começa a vislumbrar ou a traçar as primeiras metas para o seu futuro. Começa a haver uma preocupação inicial com "o que vai ser", "que profissão terá", "se fará uma universidade" ou "se abraçará uma profissão técnica".

Na realidade atual, em sua grande maioria os educandos chegam a essa fase completamente perdidos e desorientados, além de mal formados e mal informados. Poderíamos afirmar: **enganados !!** E, de tal forma, que pensam ser a universidade a única solução, até serem esmagados pelo fantasma do vestibular.

Não afirmamos que o vestibular seja desnecessário ! Ele existe para selecionar aqueles que deverão ter acesso aos cursos superiores. Mas aqueles que vão participar da seleção têm que fazê-lo convictos do que querem, com preparo e formação adequados.

Uma das funções do ensino do 2º grau será, ao nosso ver, selecionar, entre aqueles que escolherem o caminho da universidade, os mais aptos entre os melhores, e não os menos desinformados entre um número enorme de desinformados.

Para alcançar este objetivo o **PRONA** irá dotar todas as escolas públicas do 2º grau, em todo o território nacional, de condições básicas de funcionamento, com programas variáveis adaptados à necessidade e à realidade das comunidades de diferentes regiões da nação.

A escola do 2º grau, que terá duração de 3 anos, será formada de 3 cursos diferentes em termos de finalidade e conteúdo:

1) curso científico;
2) curso técnico;
3) curso normal.

Curso Científico

Este visará ao preparo do educando para o ingresso às universidades.

Curso Técnico

Visa a preparar o educando para o exercício eficaz de uma profissão de caráter mais imediato.

Curso Normal

Visa à formação de professores, para que possam lecionar em escolas primárias, assegurando-lhes um padrão de qualidade dentro das exigências de uma escola primária já discutidas anteriormente.

A escolha do curso científico, técnico ou normal ficará a critério do educando. Já com o curso ginasial, o educando terá acesso ao 2° grau através de seleção por provas que exigirão conhecimentos ao nível do ginásio.

O nível de exigência, comparando-se os 3 cursos de 2° grau, será maior no curso científico, visando definitivamente a uma seleção mais rigorosa daqueles que pretendem chegar à universidade, e incentivando uma maior procura dos cursos de formação técnica mais imediata e mais necessária à realidade nacional.

Os programas e as elaborações dos currículos mínimos dos cursos técnicos e normal serão preparados pela equipe do Ministério da Educação e de acordo, como já se disse, com as necessidades e realidade de cada região ou comunidade, sendo que as disciplinas Língua Portuguesa e Educação Moral e Cívica serão obrigatórias dentro de qualquer curso para a escola de 2° grau, pública ou não.

Em princípio, o curso científico terá o mesmo programa mínimo, em todo o território nacional, que será praticamente o mesmo em voga, atualmente, nas escolas do país acrescido de 2 disciplinas: Latim e Filosofia.

Serão criados núcleos esportivos que estarão servindo a um determinado número de escolas de uma região. Mecanismos que possam incentivar uma relação entre escolas e agremiações desportivas serão metas do governo para incentivar e dar oportunidade aos jovens estudantes de desenvolverem aptidões, muitas vezes eclipsadas, em diversas modalidades esportivas.

Que número enorme de aptidões perdidas por uma absoluta falta de oportunidades !

As mudanças entrarão em vigor, no caso do 2º grau, de forma gradual para que as escolas se preparem para os cursos técnicos.

09 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR

1—A Universidade

Fazer Universidade hoje, no Brasil, não é uma tarefa fácil. Exige que se tenha conhecimento do que é Universidade. Nosso cotidiano universitário nos prova, entretanto, que a Universidade brasileira não passa de um "colegião" de 2º grau, e muitas vezes nem isto.

Como em todo o processo educacional de hoje, "o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende". O que se verifica é que, na verdade, tudo o que está sendo feito reflete o engodo e a má fé daqueles que reservaram para si a audácia de gerenciar as organizações acadêmicas: colégios, faculdades, universidades. Especificamente sobre universidade: poucas existem no Brasil como deveriam ser.

Não é possível conceber uma Universidade sem pesquisa básica. A tríade **ensino, pesquisa e extensão** só existe no papel. A pesquisa, que alimenta o ensino, está desaparecendo até do papel, porque não se sabe mais, hoje, nem montar projetos de pesquisa teórica. No que concerne à pesquisa, ela não pode de maneira alguma ser somente aplicada, não pode ser somente tecnologia (das piores, pois importada).

É preciso entender que a Pesquisa Básica (ou pura) alimenta todo o processo. Entretanto, não se entende e não se aplica essa máxima porque interessa ao sistema que sejamos apenas "compradores" de know-how. Para que desenvolver um projeto de pesquisa pura no Brasil se podemos recebê-lo pronto dos americanos do norte ? Para que pensar se outros podem pensar por nós? E, assim, para que governar se outros já nos governam? Ou saímos desta inércia, **agora**, ou assinamos um atestado para nossos descendentes corroborando o que a história certamente irá contar-- fomos covardes e incapazes de pensar que é possível mudar.

A mudança que o PRONA propõe é buscar, mesmo no passado, o que há de melhor, o que funciona, o que resolve, o que é possível fazer agora e, mesmo o "impossível", fazer logo mais. E urge fazer agora uma completa remodelação na educação, ou seja, trocar o modelo.

E o nosso modelo é o tradicional: professores que sabem o que ensinam e para que ensinam, e alunos que têm uma visão clara do que

querem e para que querem aprender.

O papel da Universidade será o de centro de excelência, formadora de "doutos" nas áreas específicas, onde uma elite privilegiada pelo esforço na busca do conhecimento lá permanecerá, para assenhorear-se cada vez mais do que sabe e superar dia a dia o conhecimento adquirido.

Só os ideólogos não querem ver o papel da Universidade, que é o de formadora de elites. Para que possamos trocar o modelo, basta que haja determinação política na condução deste novo processo, que incluirá uma reciclagem total no corpo docente universitário, condições de trabalho pára o desempenho da profissão, amplas possibilidades para a produção científica e a pesquisa básica, financiamentos para projetos científicos, salários dignos e à altura dos profissionais da educação.

2 -- Fazer Universidade

Assim começamos a pensar como fazer Universidade: nesse centro de excelência será possível pensar. E, em sendo possível pensar, para pensar, será preciso exercício mental. No modelo de educação do **PRONA** isto já começa no Primário, expande-se pelo Ginásio e se estende pelo Científico. O aluno que sabe pensar, que estudou Língua Portuguesa auxiliado pelo Latim, desenvolveu a reflexão através do estudo da Filosofia, chegará preparado a um vestibular dissertativo e específico.

3 -- Vestibular

No modelo do **PRONA**, o Vestibular não será mais o de cruzinha, pois aquilo de que precisamos não é de seres autômatos, robotizados pela adivinhação ou pela "sorte". Saber escrever é saber pensar, e o aluno saberá pensar. O Vestibular será específico, pois serão atendidas as peculiaridades de cada curso desejado, demonstrando o aluno aptidão para este ou aquele curso já no próprio concurso Vestibular.

4 -- O Básico

Ao ingressar na Universidade o aluno, então, terá um reforço aos seus conhecimentos gerais, embasamento para o curso superior e uma correção de percursos porventura falhos, através de um semestre em que as disciplinas escolhidas reforçarão seus conhecimentos. O Curso Básico, também chamado 1° Ciclo ou Ciclo Básico, que funciona em algumas Universidades, terá como característica a interdisciplinaridade e a função de

reforço aos conhecimentos humanísticos, cívicos e de formação do cidadão, com ênfase em moral e ética.

5 -- A Universidade é um Centro de Excelência

Não é possível pensar na Universidade sem que se tenha claro que o desenvolvimento e a superação do conhecimento são possíveis a partir da criação, não de gênios, pois gênios não se criam, mas de homens competentes e prontos a produzir para o desenvolvimento de seu país.

A isto é que chamamos de elites. Homens dispostos a buscar, com esforço intelectual, as mais avançadas técnicas, e a descobrir, pela investigação, os métodos mais perfeitos possíveis para o avanço científico.

Assim teremos bons médicos, engenheiros, professores, mecânicos, comerciários, jornalistas, agricultores, economistas e tudo aquilo de que uma sociedade precisa para o seu desenvolvimento.

Formando cidadãos capacitados estaremos criando elites, aptas a conduzir os destinos de uma nação com responsabilidade e liberdade. Só o conhecimento nos garante a liberdade. Não podemos mais ficar atrelados à importação de técnicas, de **know-how**, sujeitos ao humor e à vontade de países estrangeiros. Nós temos condições e os melhores cidadãos do mundo para gerir nossos destinos.

A liberdade se dá pela autonomia de uma nação. É na Universidade que formaremos as nossas elites e propositalmente queremos que a palavra se confunda com educar.

Formar elites é parte do processo educativo, ao propugnar pela ascensão do cidadão na escala social através do desenvolvimento do conhecimento.

Um povo consciente sabe que é preciso que os mais competentes dirijam uma nação, portanto, vale dizer, que é preciso formarmos uma elite para dirigir a nação do futuro. A Universidade tem esse papel, por ser um centro de excelência.

6 -- A Universidade e os Professores

Sabemos que uma Universidade só pode ter uma avaliação completa a respeito da sua qualidade a partir do momento em que se conheça a capacidade de seus profissionais. O professor é o profissional que mais de

perto atesta a qualidade da instituição, pois ele faz parte direta desta qualidade.

Quanto mais professores competentes mais qualidade terá a Universidade. No momento atual parece que não se leva em consideração, na prática, este dado. Apenas quando se projetam perfis de instituições é que se colocam em anais, papéis, revistas ou livros, dados a respeito da qualidade do corpo docente de uma. Universidade.

É sabido que uma Universidade que tenha profissionais de alto gabarito, a partir de sua formação científica, terá reconhecido o seu valor. Quanto mais Mestres e Doutores, mais próximos estaremos de uma qualidade de ensino aprimorada. Mas, não nos espelhemos apenas nos diplomas dos mestres e doutores, apeguemo-nos aos seus projetos de pesquisa, ao desenvolvimento do seu trabalho junto aos alunos, à sua produção filosófica e ao seu volume de leitura.

Ao vermos, hoje, eliminada a titularidade das Universidades, verificamos que essa eliminação, que aconteceu no passado para tentar evitar a permanência em cátedras de homens já ultrapassados e que não se propunham ao estudo, resultou em faca de dois gumes.

Sem a titularidade, qualquer um faz qualquer coisa e ninguém é responsável pelo que faz. O professor titular, dono da cátedra, tem a responsabilidade de aperfeiçoar seus estudos para transmitir com o maior grau de certeza e evidência seus conteúdos, e seus auxiliares se esforçarão para, através de pesquisas, apresentarem dados que lhes atestem, também, sapiência. A titularidade deve ser mantida, se o titular demonstrar competência para sê-lo.

Aos melhores, a titularidade.

7 -- Os Salários

Sem salários dignos não podemos manter profissionais competentes. O governo tem a responsabilidade de remunerar muito bem os responsáveis por uma das áreas de maior importância para o país: a educação.

8 -- A Pesquisa

Verificamos que, num universo de vinte e cinco novas universidades reconhecidas no período de 1980/ 1990 em todo o país, apenas sete delas estavam, em 1990, com pesquisas realizadas ou em andamento. Os financiamentos dessas pesquisas corriam por conta das próprias instituições, algumas com participação de convênio público e outras com participação de convênio com empresas.

É muito pobre o universo de pesquisas no Brasil. Tendem quase a zero os recursos destinados à pesquisa. É por isso que não se tem pesquisa básica no país. Para citarmos um exemplo de compromisso com pesquisa e desenvolvimento nacional, **o Prof. Dr. Mário Bunge, da McGill University, de Montréal,** professor de Filosofia da Ciência, afirmou que no Canadá a Universidade tem dois reitores, sendo um deles somente para buscar recursos para a pesquisa junto àqueles setores que detêm o capital.

O Dr. Bunge estava falando em pesquisa básica, e portanto em pesquisa que não tem retorno direto para as empresas. O retorno acontece com o desenvolvimento do país como um todo. Se fosse no Brasil, o empresariado iria querer que a Universidade lhe apresentasse a pesquisa pronta e com os resultados já obtidos especificamente para sua empresa.

No Brasil, existem certos empresários que querem o ganho pessoal e não o ganho nacional. Quando o Brasil ganha, todos nós ganhamos. Quando uma empresa ganha, somente o dono da empresa ganha, mas por pouco tempo. Num país falido, todos estarão falidos.

É preciso fomentar a pesquisa básica a todo o custo, e a Universidade é o único local onde poderemos desenvolver pesquisa básica sem estarmos atrelados a compromissos particulares. O desenvolvimento de um país depende do desenvolvimento científico, que passa pela universidade.

9 -- O Professor Tem Que Ser Pesquisador

O professor universitário tem que ser pesquisador. A pesquisa alimenta o ensino. Quem pesquisa descobre, cria, supera o conhecimento. Para ensinar é preciso saber. Ensinar não é mais (re)transmitir dados (ultra)passados. E saber não é mais decorar a história.

No mundo atual o que importa é saber interpretar, analisar. Os dados do passado servem como base para que o homem possa superar suas descobertas com vistas à evolução científica e tecnológica. Devemos saber conduzir o aluno no sentido da superação do conhecimento.

Em pesquisa, em ciência, não podemos agir como professores do ensino básico. A ele cabe a transmissão de geração a geração de nossas culturas, caso contrário a sociedade humana não sobreviveria. A nós, Professores Universitários, cabe a especulação, a busca, a criatividade, a descoberta, a experimentação, a ousadia, o risco, a vanguarda.

Pesquisar é buscar a possibilidade de desnudar o desconhecido.

O Brasil precisa deixar de pensar pela cabeça dos americanos do norte. Nós precisamos ser vanguarda de descobertas. Por que não? Ficaremos esperando que um americano do norte venha sempre nos dizer que chegou à Lua ? Que suas espaçonaves estão perscrutando o universo? E nós, brasileiros? Iremos ser, sempre, os cientistas do manuseio com a bola de futebol ?

O Brasil precisa ser reconhecido como um país de homens sérios e competentes que, embora possua os devaneios do futebol e do carnaval, necessários enquanto momentos de arte e lazer, certamente tem homens capacitados na área científica para conduzir o desenvolvimento de nossa nação, sem a necessidade de favores, certamente atrelados a deveres impagáveis.

Só assim será possível mudar a mentalidade do mundo em relação ao Brasil.

Os professores pesquisadores deverão ser professores universitários, e professores universitários necessariamente deverão ser pesquisadores, ou, então, não serão professores universitários.

10 -- O Mínimo no Brasil passará a ser o Muito Bom

O projeto do **PRONA** para a Universidade brasileira inclui a maior reforma universitária já feita no Brasil, com vistas à melhoria da

qualidade de ensino, à preparação de seus profissionais, à qualificação, às condições de trabalho, à remuneração e à pesquisa.

Se o projeto da educação básica prevê que a qualidade de nosso ensino certamente será superior à qualidade existente, para o projeto de ensino superior inicia-se mudando o vestibular.

O vestibular será dissertativo, possibilitando ao vestibulando utilizar seus conhecimentos pelo argumento e não pela "adivinhação", ou pela técnica mecânica da "loteria esportiva" e do acaso. Termina-se com a cruzinha, para que o vestibular seja sério, e passe também a se constituir numa possibilidade de corrigir distorções de percurso.

O aluno deverá saber escrever, e escrever bem; deverá saber pensar, e pensar com coerência. Cria-se a habilidade da argumentação e do raciocínio.

As Universidades Federais estarão sujeitas à reorganização de seus currículos para que seja possível ter um engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com os mesmos conhecimentos que um engenheiro formado pela Universidade Federal do Pará.

A completa organização curricular e programática, com conteúdos, ementas e critérios de avaliação bem definidos e **idênticos em todo o Brasil possibilitará** uma melhoria e uma qualidade mínima a todos os futuros profissionais.

As Universidades poderão somente aumentar a possibilidade do conhecimento, nunca diminuir. Os currículos mínimos poderão ser melhorados, e pela capacidade individual surgirão técnicos de níveis mais elevados. Desta forma eliminaremos a mediocridade.

O mínimo no Brasil passará a ser o muito bom. O profissional que se contentar somente com os conteúdos indispensáveis será um bom profissional e não aquele que, hoje, apenas ostenta um diploma na parede da sala.

11 -- Intercâmbio com a Europa

Vamos fazer um intercâmbio com Universidades também de excelência .

O intercâmbio com universidades de excelência, tradicionais, primeiras no mundo, vanguarda de pensamento filosófico e científico, fará com que estejamos lado a lado com a evolução.

A Europa está de braços abertos ao Brasil através do intercâmbio com suas universidades, e isto será incrementado com o Brasil intensificando a vinda de professores europeus para as universidades brasileiras, no sentido de trazerem suas experiências e seu conhecimento para serem apresentados através de cursos específicos aos professores brasileiros.

Ciência não tem pátria. Aceitaremos, com o devido respeito, a colaboração, em projetos de interesse nacional, que nos cheguem egressos de qualquer ponto do orbe terráqueo.

Serão facilitados o intercâmbio, o deslocamento de nossos professores para buscar capacitação, e a vinda de professores visitantes. Todo o conhecimento pela pesquisa séria nos interessa.

12 -- A Universidade Pública e a Universidade Particular

O **PRONA** não vai tolher a livre iniciativa, vai apenas exigir que ela seja de qualidade. A função do Estado é garantir a educação para todos, em todos os níveis, e a Universidade Federal, que representa a educação no nível de 3° grau, estará preparada para responder ao desafio de permitir que todo cidadão tenha possibilidade de ingresso no curso superior.

Às particulares fica reservado o direito de competir com as Universidades Federais. Com um ensino de qualidade certamente terão, também, sua responsabilidade perante esse desafio e o seu público.

13 -- Uma Visão de Síntese do Projeto de Educação Superior

1 -- O Vestibular passará a ser, todo ele, dissertativo, e não mais com questões chamadas de objetivas, em que se assinala com uma cruzinha cada resposta certa.

2 -- Reformulação de todos os cursos, com currículos mínimos para todas as Universidades e Faculdades do Brasil. Os conteúdos programáticos do curso de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro será o mesmo que irá ser aplicado em qualquer Universidade Federal ou particular no Brasil.

3 -- Reciclagem de todos os professores universitários do Brasil através de um projeto que inclua, no mínimo, cinco horas de estudos semanais para cada professor, na sua disciplina específica.

4 -- Retorno da titularidade (através de concurso, mesmo nas particulares).

5 -- Plano de carreira em todas as Universidades e Faculdades.

6 -- Dedicação exclusiva e dedicação parcial, em todas as universidades e faculdades.

7 -- Reformulação do ciclo básico nas universidades em que ele já esteja funcionando. Implantação do mesmo em todas as demais universidades e faculdades, com o objetivo de trabalhar os conteúdos básicos em todos os alunos, priorizando as áreas humanas e a correção de conteúdos, porventura não detectados no vestibular.

8 -- O currículo escolar anterior servirá para contar pontos no vestibular.

9 -- Vestibular em duas fases: 1ª fase -- básico; 2ª fase -- específico.

10 -- O salário do professor universitário tem que ser condizente com a sua formação (curso superior etc...).

10 - O MENOR ABANDONADO: A CHAGA SOCIAL

Problema que assume, em tempos atuais, proporções gigantescas é o do menor abandonado. Cresce, dia a dia, o número de crianças, de todas as idades, nas ruas, pedindo esmola, vendendo balas, revirando latas de lixo, cheirando cola, furtando e, no final da linha, praticando assaltos à mão armada e integrando o exército de traficantes onde não há retorno, terminando com a propalada "queima de arquivo".

Na verdade, eles devem ser divididos em dois grupos: **os meninos de rua**, que não têm realmente onde morar, e os **meninos na rua**, estes possuindo alguma referência familiar e que constituem cerca de 70% do conjunto dessas crianças .

A população brasileira é hoje estimada em 160 milhões de habitantes, constituindo o grupo materno- infantil cerca de 120 milhões, que são mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos, e menores de 19 anos.

Nascem, no Brasil, em média, 3 milhões de crianças anualmente. Destas, 20% morrem antes do 1° ano de vida pela miséria e fome, e 20% passam a constituir, no dizer de Nelson Chaves, a "legião dos mutilados cerebrais" para serem dirigidas por uma minoria de privilegiados mentais.

De cada 10 trabalhadores brasileiros, apenas 3 conseguiram ultrapassar o primeiro grau e, com a globalização, que exige o processo de informatização, teremos em curto prazo uma classe marginalizada dentro do processo produtivo, com reflexos na desagregação familiar.

Egressos de famílias onde campeia a miséria, situação em que saciar a fome é o imperativo categórico, essas crianças, hoje em número de milhões no país, formam uma turba que se movimenta ora em pequenos grupos, ora em bandos, caminhando, passo a passo, para ser integrada no grande círculo do crime organizado.

Os meninos de rua têm uma vida às vezes pior que a de um cachorro.

Passam fome, dormem ao relento, com frio, são espancados por policiais, evitados e enxotados pelos cidadãos.

Pelo aniquilamento moral a que são submetidos, vão perdendo,

pouco a pouco, o respeito por si mesmos.

A partir de um certo instante, não há como exigir deles que respeitem uma outra pessoa, porque a sua dignidade humana já terá sido perdida, de modo irreversível.

O ódio acirrado contra a sociedade cujos filhos têm casa, comida, vestuário, educação e lazer vai transformá-los, cedo ou tarde, em delinqüentes perigosíssimos, que matarão por um relógio ou uma pulseira.

Existem centenas de organizações, projetos, instituições, programas, todos recebendo verbas astronômicas, inclusive do exterior, para cuidar do menor abandonado.

Instituiu-se uma verdadeira indústria, a indústria do menino de rua.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, editado em 13 de julho de 1990, acaba de completar 8 anos. Ele exige, para sua perfeita execução:

- Conselho Nacional dos Direitos da Criança;
- Conselho Estadual (para cada estado);
- Conselho Municipal (para cada município); e
- Conselhos Tutelares, tantos quantos forem necessários, a estes competindo a ação em toda área educacional e assistencial.

Esses Conselhos, em grande parte, já foram instalados no país. Contudo, não se conseguiram retirar do papel as normas do Estatuto, o que não é de estranhar, pois o mesmo acontece com a nossa Constituição, que é de 1988.

Ainda exemplificando com o Rio de Janeiro, 8 anos depois de publicado o estatuto, mesmo com a instalação do Conselho Estadual, do Municipal e dos Tutelares, a situação não permanece a mesma, pois piorou.

Poucos Conselhos existem no Brasil. E os que existem não funcionam.

Aqui, apenas nesta cidade, necessitar-se-ia miseravelmente de 50 Conselhos, cada um com 5 membros eleitos pela comunidade, cada um destes contando com, no mínimo, uma sala, uma viatura, uma assessoria etc. etc. etc. etc.

É evidente que isso não vai funcionar nunca, mesmo por que não

interessa às ONGs que sejam criados os Conselhos Tutelares ou, em sendo criados, que funcionem.

Na verdade, aqui, como em praticamente todas as outras áreas, o que existe é uma absoluta indiferença do Poder Público em relação ao problema do menor carente, o que leva a uma desordem generalizada, desordem, aliás, que está presente em todas as esferas do Poder Público.

Em verdade, a solução estaria no processo educacional. Contudo, em face do grande número de crianças que protestam pela entrada no ensino de 1° grau, substituiu-se a avaliação pela promoção, sendo que aquela somente ocorrerá na 4ª série do 1° grau.

Assim como, na questão macroeconômica, os déficits são fabricados por um artifício contábil, também aqui a questão do menino de rua, do modo como é apresentada – de solução aparentemente impossível – é um problema que não existe, pois o problema está na família.

O **PRONA**, mais uma vez, tem uma visão bem clara sobre o problema, para solucioná-lo em prazo recorde (**no máximo em 6 meses**).

A atenção do Governo, sob as diretrizes do nosso grande Projeto Nacional, estará voltada para a sociedade como um todo e, como tal, visará precipuamente a investir na parcela da sociedade que mais necessita do Estado: a **população carente**.

Assim, todo o esforço será dirigido para a família, mediante as seguintes diretrizes:

Identificado o menor na rua, instantaneamente o representante do Estado, munido de autoridade e responsabilidade, tentará localizar algum núcleo de referência familiar. Surgem duas hipóteses:

A) Existe ainda algum núcleo familiar (normalmente crianças recém-chegadas à rua – situação de alto risco).

B) A criança já perdeu qualquer referência familiar (habitualmente já está há bastante tempo na rua).

No primeiro caso, **A, felizmente o mais comum,** o representante do Estado, identificando o núcleo familiar do menor, procederá à análise da situação econômico-financeira da família.

Situação n° 1 – Documentada a sua situação de indigência de fato – não há necessidade, aqui, de extratos bancários, nem de análises de equações econométricas, ela passará a receber, do Estado, um auxílio pecuniário, algo entre ½ e 1 salário mínimo, que é, aproximadamente, a

receita auferida pelo menor na rua.

Isso foi proposto pelo PRONA em seu livro "O Grande Projeto Nacional", lançado em 29/08/1994, portanto antes da experiência atualmente feita pelo Governo do Distrito Federal.

Em troca do auxílio em dinheiro, mediante um carnê que lhe será entregue **mensalmente**, o chefe da família ou aquele que se tornar, a partir daí, o responsável pelo menor, passará a ter a **responsabilidade** de manter a criança na escola.

Essa atividade terá fiscalização permanente por um assistente social: serão ouvidos os professores, os funcionários da escola, os vizinhos, **no mínimo uma vez por mês**.

O não cumprimento dos deveres inerentes ao pátrio poder ensejará, de pronto, a responsabilidade criminal do chefe da família, que será apenado na forma da lei, e a criança acolhida por uma instituição.

Situação nº 2 – Se a família, **reconhecidamente**, tem condições para manter a criança na escola e não o faz, por ser irresponsável, será alertada para sua responsabilidade. Ouvirá do representante do Estado que, agora, o país tem um governo sério, preocupado com o futuro de suas crianças.

E que fará cumprir a lei! Não é assim nos países civilizados? Manter as crianças na escola não é só um direito, é **também um dever**. É evidente que a escola terá deixado de ser, também, escola de faz-de-conta, o que já examinamos no capítulo da Educação.

Será dada uma oportunidade à família que tem sido irresponsável. **Apenas uma.** Se a criança continuar **na rua**, o responsável pela família será processado criminalmente, apenado, e a criança acolhida por uma instituição.

Em ambos os casos da situação **A** (existência de algum núcleo familiar) examinados nas páginas anteriores, o fundamental é que o Estado, agora **intervencionista**, estará atuando de modo preventivo, evitando que a criança perca, **definitivamente**, o seu vínculo familiar, o que ocorreria, necessariamente, a curto ou a médio prazo.

Recuperada a relação familiar, a criança voltará a ter algum grau de vida social, de afeto, naquele núcleo que é a célula da sociedade — a família.

Chega-se, agora, à hipótese **B**: a criança já perdeu qualquer referência familiar. Além de ser uma criança na rua , é realmente uma criança de rua.

Como não existe uma opção ideal – reintegração a um núcleo familiar, cumpre que se separem, ainda, esses menores em dois grupos:

I) Menores já marginalizados, há um ano ou mais na rua, mas ainda não rotulados como infratores. Pedem esmolas, podem já ter participado de pequenos furtos, mas ainda estão no início da escola do crime.

Têm que ser recolhidos a uma Instituição para receberem tratamento adequado, com assistência médica, inclusive especializada, com o apoio de neurologista e psicólogo, além do acompanhamento obrigatório feito por um assistente social.

II) Menores infratores já rotulados, identificados plenamente como tais, participando rotineiramente de atividades criminosas. São aqueles para os quais se afirma, habitualmente, que não há mais solução: são eliminados pelos grupos de extermínio, como se viu na chacina da Candelária.

A solução é interná-los em uma espécie de Centro de Tratamento Intensivo, uma unidade de onde não se possa fugir.

Exemplos já existem, com esses menores já infratores, de que uma ação disciplinadora, implantada por técnicos competentes, que lhes propicie a oportunidade que não tiveram na vida, fornecendo-lhes ensino profissionalizante, moradia, comida, vestuário, exercícios físicos, lições de companheirismo e cidadania, tratando-os enfim com energia, determinação, porém com afeto, poderá recuperá-los em sua grande maioria, transformando-os em verdadeiros cidadãos.

Digna de menção é a experiência obtida em algumas unidades do Exército através do programa "criança cidadã", como por exemplo o programa desenvolvido no Comando da Região Leste, no Rio de Janeiro. Lá já se encontram 18 unidades militares recebendo crianças.

Dentro do nosso grande Projeto Nacional, será incentivado o Ensino Profissionalizante.

Será a volta à enxada e ao ancinho.

Chega de tanta petulância de estarmos formando uma grande geração de profissionais de computação. Estamos, isto sim, deixando de

criar trabalho para milhões de jovens.

Com a massa gigantesca que temos de milhões de crianças pobres e miseráveis, todo o esforço de um governo sério deverá voltar-se para o aproveitamento desses menores, profissionalizando-os da maneira mais rápida possível.

Está na hora de se parar definitivamente de imaginar que todos os meninos de rua são delinqüentes.

Se o número de menores carentes é enorme, o número de menores infratores é mínimo.

A ausência de um lar, da família, da escola, a ausência da aquisição de quaisquer valores, tudo isso só pode levar ao aparecimento de um número cada vez maior de infratores.

Também no que concerne às instituições é perigosa a generalização.

Há que prestigiar aquelas que desenvolvem um trabalho sério. Há que corrigir uma ou outra distorção que prejudique o funcionamento de algumas.

E há que fechar as portas, definitivamente, daquelas Casas que, constituídas para amparar o menor abandonado, disso fizeram uma profissão extremamente lucrativa, sem nenhuma preocupação social.

Um exemplo que deverá ser seguido em toda a nação é o esforço realizado pelo Centro Educacional Integrado (CEI), localizado em Duque de Caxias, por onde já passaram 18.000 adolescentes num período de 22 anos.

Lá são realizados 2 cursos profissionalizantes por ano, em 8 oficinas, para ambos os sexos, cada um com duração de 5 meses, num ambiente de ordem, disciplina e respeito.

Instituições sérias como a mencionada existem distribuídas por todo o Brasil.

Saiba-se que uma criança internada em qualquer unidade governamental custa entre 4 e 5 salários mínimos por mês, o que não é, absolutamente, uma quantia vultosa, tendo-se em vista as extraordinárias contribuições recebidas.

Além de retirar todas as crianças da rua – rua não é moradia para ninguém – o Estado, sob a direção do PRONA, criará bolsas de educação para os pré-adolescentes e adolescentes em fase de profissionalização.

O empresário poderá abrir sua empresa para esses jovens, que

estarão aprendendo, trabalhando e produzindo sem ônus para a empresa.

O Estado dará tranqüilidade aos empresários, através de uma legislação específica que os incentive a aceitar os jovens aprendizes.

Não existe, até hoje, uma lei regulamentando o trabalho do menor, embora tramite no Congresso, há vários anos, o projeto.

Nunca é demais lembrar que, atualmente, tudo é feito no sentido de dificultar o acesso de menores a qualquer atividade com vínculo empregatício.

Ainda não se conseguiu descobrir quais foram as razões que levaram o Governo Federal a encerrar as atividades da LBA, principalmente em se tratando de um governo que se diz preocupado com a questão social.

É evidente que, do modo como têm sido conduzidas todas as ações governamentais, com a fragmentação e o esfacelamento da autoridade em todos os níveis, o número de menores **na rua** e o número de menores **de rua** só tendem a crescer.

Sua multiplicação tende a fornecer material farto para engrossar as fileiras do crime.

Urge que seja tomada uma decisão enérgica. Já perdemos muito tempo.

A mensagem do PRONA é a mesma, aqui como em outros setores onde a ação governamental se fará sentir.

O Estado forte, técnico e intervencionista, viga mestra do PRONA, vai colocar ordem na casa, resgatando a formidável chaga social da sociedade brasileira.

11 - A DESORDEM NA SAÚDE: O RETRATO DA SITUAÇÃO ATUAL

Um dos aspectos onde a **desordem** traz conseqüências das mais cruéis para a população é o que ocorre com o Sistema de Saúde.

Somos mais de 200.000 médicos, responsáveis pelo atendimento de 160 milhões de pessoas.

Como existe mais de 1 médico para 1000 habitantes pode parecer, à primeira vista, que estamos bem.

Mas a distribuição é absolutamente desordenada.

Na Avenida Paulista, em São Paulo, ou na Avenida Copacabana, no Rio de Janeiro, a concentração de médicos é extraordinária.

Já em cidades tais como Afuá e Muaná, no Pará, não existem médicos.

A Iimprensa, de mãos dadas com o poder, está sempre fustigando a classe médica, como se ela fosse culpada pela catástrofe que ocorre no Sistema de Saúde.

Só os erros são apresentados.

Ninguém se lembra de elogiar o trabalho da grande maioria dos colegas médicos que, no anonimato, trabalhando sem nenhum recurso do governo, usando as mãos , a inteligência e o preparo, atendem os milhares de casos de emergência, fazem partos, transfusões de sangue, salvando vidas por todo o Brasil.

Isso não é notícia.

É certo que o nível de preparo caiu muito. Mas, o que foi que não caiu nesta nação?

Como já foi assinalado neste documento, a falha no ensino médico decorre também das péssimas condições do ensino básico.

Se existe desordem na distribuição dos médicos no país, não menos desastrosa é a distribuição da rede hospitalar.

No Pará, por exemplo, a relação é de 1 leito para cerca de 800 habitantes, enquanto, no Paraná, a relação é de 1 para cerca de 240.

Pode parecer, então, que é só aumentar o número de hospitais.

Também não vai resolver nada.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a relação é próxima de 1 para 200. Doce ilusão!

Em muitos hospitais públicos do Rio de Janeiro, alas inteiras estão desativadas.

Na verdade, há unidades hospitalares inteiras desativadas.

O Sistema Unificado de Saúde (SUS), previsto na Constituição, artigos 196 a 200, é outro projeto de faz-de-conta.

Não funciona, simplesmente, e não tem como funcionar, já que cada governador ou prefeito faz o que bem entende, desviando as verbas da Saúde para os fins de sua conveniência do ponto de vista político, **isto porque não existe nenhum Projeto Nacional, que deva ser cumprido.**

Por outro lado, é um absurdo que um médico do INSS ganhe, em certos Estados, algumas vezes o que ganha o seu colega do Município, para fazer exatamente a mesma coisa, às vezes trabalhando ao lado dele.

A verdade é que ninguém quer resolver nada.

Ontem faltou álcool. Hoje, gaze. Amanhã faltará algodão. Tetos esburacados, com infiltrações. Elevadores com mofo. Lixo misturado com gente.

Baratas passeiam pelas enfermarias, baratas que são netas, bisnetas, tataranetas das baratas que já existiam no meu tempo de estudante de medicina.

E o Ministro e os Secretários de Saúde defendendo-se, um culpando o outro.

E os remédios faltando.

E os doentes morrendo.

E a Imprensa pondo a culpa nos médicos.

Os médicos queixam-se do Diretor do Hospital.

O diretor do hospital público culpa o Secretário de Saúde.

O Secretário de Saúde diz que a culpa é do Ministro.

O Ministro põe a culpa nos médicos.

E ninguém é responsável por nada.

Que confusão!

Que desordem administrativa!

Sou médico há mais de 30 anos e nunca vi uma situação tão

dramática como a que se vê atualmente nos hospitais públicos e conveniados com o SUS do Brasil.

Aqui, como em todas as outras áreas de ação pública, o problema é o mesmo.

A desordem é geral.

Do que adianta se realizarem Conferências Municipais, Estaduais e uma Conferência Nacional de Saúde, **se a decisão sobre a destinação das verbas** passa ao largo de todas essas reuniões?

Se os médicos, com salários miseráveis, vão se afastando da Rede Pública, e os que lá ficam, sem nenhum estímulo, vão assistindo a um processo perverso de deterioração de sua atividade profissional?

Do que adianta fazer tantas reuniões com discussões infindáveis sobre a beleza teórica prevista no Sistema Único de Saúde, que só existe no papel?

É evidente que o governo deseja tornar totalmente inviável o atendimento médico gratuito.

Hospital público, ouve-se dizer, foi feito para os pobres. E, como pobre não tem poder de pressão, os hospitais públicos deverão ser entregues à iniciativa privada.

E para os pobres será criado um seguro de saúde mais acessível – tal é a proposta cínica, desumana e perversa que todos estamos cansados de ouvir.

Imagine-se que um homem rico sofra um acidente de trânsito.

Se, após o acidente, ele ainda estiver lúcido, usará o seu telefone celular para chamar uma ambulância ou até um helicóptero, e será transportado para uma clínica particular da melhor qualidade.

Más, se estiver inconsciente, desmaiado, aí será levado para o hospital da Rede Pública.

E lá será atendido, como qualquer cidadão, pobre ou rico.

O Hospital Público é o hospital de todos os cidadãos, porque todos têm direito a um atendimento digno.

A emergência democratiza a desgraça, no dizer feliz de um colega meu, médico do Rio de Janeiro.

O que está sendo feito é um crime contra toda a população.

Afirma-se, de modo contundente, que não há recursos.

A tese é repetida por todos os meios de comunicação. De tanto ser

repetida a tese chega quase a adquirir foro de verdade.

Mas é uma tese mentirosa, como quase tudo que se ouve, partindo do governo.

E a prova disso é que um governante constrói um estádio gigantesco em Pernambuco (que tem uma das maiores taxas de mortalidade infantil do mundo); outro constrói um sambódromo no Rio de Janeiro (onde se sucedem os surtos de dengue);um terceiro faz um sambódromo no Amazonas (estado com uma população vitimada por endemias), e por aí vai.

Gastam-se nessas obras dezenas de milhões de dólares.

O povo, na sua santa ingenuidade, canta e aplaude, mas não sabe que, ao mesmo tempo, estão aumentando os casos de diarréias infecciosas, simplesmente porque construir esgotos, fazer saneamento básico não interessa à maioria dos políticos que governam o país.

Não dá votos.

Para dar as últimas pinceladas no retrato atual da Saúde no Brasil, antes de passar à exposição do nosso grande Projeto Nacional, examinemos os índices de bem-estar social do povo brasileiro, que nos situam numa posição triste no cenário mundial, quando somos comparados com outros povos muito distanciados de nós em riquezas naturais, ou seja, que receberam um número muito menor de dádivas da natureza, e que têm um Produto Nacional Bruto muito menor que o nosso.

1 – Expectativa de vida ao nascer: é, no Brasil, em torno de **63** anos. No nordeste é pouco mais de **50**.

Nos países desenvolvidos, como o Japão, é em torno de **78** anos.

Nossa taxa de Mortalidade Infantil (incluídos todos os menores até 5 anos de idade), oscila em torno de **60** por **1000**, existindo variações regionais espantosas (elevadíssimos índices em algumas cidades do nordeste, acima de 100 por 1000) e, mesmo, dentro de uma mesma cidade como o Rio de Janeiro, dependendo da região examinada.

A taxa de mortalidade infantil da Suécia é **6** por **1000**.

Estamos bem próximos aos níveis do Irã.

Cabe, aqui, um comentário: desnutridas, mal alimentadas, as crianças pobres não têm condições de resistir às infecções. Podem morrer de diarréia, mas a causa básica é a fome.

O baixíssimo nível de escolaridade do povo, o que já foi examinado no capítulo sobre Educação, é um agravante que torna pior ainda

o quadro da saúde da população carente.

Sim, porque já está bem documentado que, quanto maior o nível de instrução das pessoas, mais facilmente elas procuram e usam as informações sobre saúde.

No que concerne às endemias, o quadro, então, é de causar terror.

O Brasil é o 1º lugar no mundo em doença de Chagas, com cerca de 5.000.000 de pacientes.

É o 1º lugar no mundo em esquistossomose mansônica, com cerca de 6.000.000 de casos.

É o 1º lugar do mundo em malária, com cerca de 500.000 casos novos por ano.

É o 1º lugar do mundo em cárie dentária.

Já está competindo pelo 1º lugar do mundo em AIDS, com com 1.000.000 de pessoas infectadas pelo vírus.

E tudo isso junto a cerca de **meio milhão de leprosos, meio milhão de tuberculosos, 1 milhão de infectados pela dengue**.

Jáhá estudos sérios mostrando que é mais barato, a médio prazo, erradicar a dengue, como tantas outras endemias, eliminando todos os focos, do que manter a infecção em níveis controlados.

Acontece que o ato de matar mosquitos, construir esgotos, fazer campanhas de prevenção contra o fumo, contra o alcoolismo, contra a hipertensão não dá votos. Não é notícia.

E, assim, a solução para todos esses problemas vai sendo protraída.

Este é o retrato fiel da situação da Saúde no país. Ou se muda o modelo político vigente, da falta **de autoridade**, da **falta de ordem**, da **desordem generalizada da qual tudo decorre**, saindo da situação de faz-de-conta para a ação plena, ou continuaremos, nesta marcha de tartaruga, campeões do mundo em tudo aquilo que não presta!

12 - UM GRANDE PROJETO NACIONAL DE SAÚDE

Problema n° 1 -- A falta de recursos

Uma conta de dividir extremamente simples (20 bilhões / 160 milhões), dividindo-se a importância total prevista para o Sistema de Saúde em 1998 pelo número de habitantes, fornece o valor de 125 dólares por habitante por ano, o que já começa a explicar a situação, uma vez que tal cifra encontra-se bem distanciada daquilo que representa o gasto médio por habitante nos países de alta renda (não inferior a 1.500 dólares).

Acresça-se a isso o fato rotineiro de não ser transferido de fato, para o Sistema de Saúde, o valor que é previsto no início do exercício.

Solução do PRONA: Toda a dotação orçamentária para o Sistema de Saúde **só poderá ser usada para a Saúde**. Não haverá desvio de verbas para nenhum outro setor. Se a dotação é de 20 bilhões de dólares, serão transferidos os 20 bilhões e nenhum centavo menos.

E não se preocupem os senhores leitores deste documento com a tão propalada falta de recursos.

Existem recursos de sobra para consertar e fazer funcionar todos os hospitais do país.

Basta de tanta mentira !
Chega de tanto cinismo !

Problema n° 2 -- A distribuição desordenada dos médicos

A solução do PRONA:

Os médicos recém-formados, egressos das escolas do governo, farão estágio obrigatório, remunerado, de 2 anos, no interior do país, escolhendo as cidades para onde irão por ordem de classificação nas provas

de sua Faculdade.

Não haverá privilégios de nenhuma espécie.

Dessa forma, os médicos já sairão da Faculdade empregados, enquanto hoje a maioria não sabe o que vai fazer com o diploma.

Todos ganharão com isso: o médico, porque assim irá conhecer a realidade brasileira. E a sociedade, porque estará recebendo uma cota de sacrifício daquele jovem para quem ela deu um ensino médico gratuito.

Encerrado o estágio, se o médico lá quiser ficar, será automaticamente integrado no serviço público, sem necessidade de concurso.

Após essa redistribuição, havendo falta de médicos em uma ou outra unidade da Federação, eles serão admitidos mediante concurso, e todos os médicos, sejam do INSS, do Estado, ou do Município, para a mesma jornada de trabalho ganharão o mesmo salário, que será um salário justo e não a miséria que lhes é paga atualmente.

A partir daí, com um salário digno, poder-se-á começar a exigir de todos, com rigor, o cumprimento do dever.

Será corrigida, assim, de uma vez por todas, a distorção brutal que existe na distribuição dos médicos no Brasil.

Problema nº - 3 -- As filas para o atendimento médico

A desordem generalizada, que já foi amplamente discutida no retrato da situação do Sistema de Saúde, faz com que existam **vários órgãos com finalidades semelhantes**, sendo a tônica vigente a má alocação de recursos. Já está sobejamente documentado que o nível básico deve ser privilegiado, pois comprovadamente tem condições de resolver a esmagadora maioria (em torno de 90%) dos problemas de saúde da sua comunidade.

A solução do PRONA:

Considerando-se que toda a assistência à Saúde, no Brasil, tem tido, como enfoque principal, o empregado e sua recuperação rápida para a volta ao trabalho, e que a atenção à família e às ações comunitárias como saneamento, por exemplo, nunca tiveram relevo, o PRONA no governo fará com que seja a **família**, em sua comunidade, **o centro dos objetivos do Grande Projeto Nacional de Saúde.**

Isto corrigirá as distorções na localização dos hospitais e pontos de

atendimento à saúde, até hoje colocados **próximos ao local de trabalho** ou apenas nas regiões comerciais centrais, deixando esquecidos os bairros, os subúrbios, as comunidades afastadas.

O absurdo que existe hoje vai acabar.

Serão criadas (**aproveitando-se as que já existem**) tantas **Unidades Básicas de Saúde** quantas forem necessárias para atender toda a população brasileira.

Deverá existir no mínimo uma **Unidade Básica de Saúde** para cada 5.000 habitantes, a uma distância não superior a 5 quilômetros da residência mais distante, funcionando 24 horas por dia.

Ela será a única porta de entrada do sistema, evitando-se com isto que os hospitais fiquem sobrecarregados de doenças simples, que podem ser e de fato serão atendidas na Unidade Básica de Saúde.

A **carteira de saúde** será obrigatória para todos os cidadãos, exatamente como uma carteira de identidade.

Com ela o cidadão terá acesso ao sistema. Nela serão anotados os dados médicos básicos: o tipo sangüíneo, as vacinações e toda a história patológica pregressa.

Quando for encaminhado a uma unidade de maior complexidade, o paciente deverá levar sua carteira de saúde e o formulário de referência e contra-referência.

Todos os pareceres de especialistas e resultados de exames serão anotados.

Diminuir-se-á, desta forma, o número de exames repetidos, poupando-se tempo, trabalho e recursos financeiros.

É bom lembrar que o paciente, no modelo atual, vai direto ao hospital porque ele pensa que lá será melhor atendido.

Neste modelo que está sendo apresentado, para viger com o PRONA na Direção do país, o paciente será bem atendido no Posto de Saúde mais próximo de sua residência, onde ele já deverá estar cadastrado.

Acabaremos com a idéia generalizada na população de que Posto de Saúde só serve para dar vacina e remédio para tuberculose.

Os Postos de Saúde já existentes serão convenientemente equipados, contando com médicos generalistas, pediatras, ginecologistas, obstetras, dentistas, auxiliares de enfermagem e, fundamentalmente, agentes de saúde.

Problema nº 4 -- As condições atuais de péssimo atendimento médico

Na gestão do **PRONA**, com todo o atendimento básico transferido para a Unidade Básica de Saúde, próxima à residência do paciente, voltará a existir a relação médico-paciente, fundamental para o bom êxito da terapêutica.

Não se confunda a descentralização na execução das normas, que é dado de suma importância, com a inexistência de uma doutrina central, que é o que ocorre atualmente.

Aqui, como em todos os outros setores da ação governamental sob o nosso comando, haverá uma **Centralização Doutrinária**, uma doutrina só para toda a nação.

O mau atendimento deixará de existir na medida em que o perfil básico funcional da Unidade de Saúde próxima à moradia seja definido pelas seguintes características:

1 -- unidade intimamente ligada à comunidade através de agentes de saúde obrigatoriamente moradores na área;

2 -- registros voltados para a família com rigoroso acompanhamento das morbidades, da epidemiologia e de todos os aspectos sanitários, de saneamento, meio ambiente e saúde no trabalho;

3 -- execução obrigatória de todas as ações básicas de saúde determinadas pela política nacional de saúde, sendo o controle do desempenho da Unidade Básica de Saúde observado não pelo número de atendimentos, mas pelos percentuais atingidos na população alvo;

4 -- as ações básicas são: vacinação, incentivo ao aleitamento materno, reidratação oral, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, pré-natal com execução obrigatória e meta de atingir toda a população sob influência do posto;

5 -- saneamento: incentivo ao uso de biodigestores e soluções locais para o problema;

6 -- acompanhamento epidemiológico local -- morbidades, mortalidades, fatores agravantes, indícios de exposição, condições e fatores de risco, inclusive no trabalho, executando todos os levantamentos necessários à sua correção. Observação dos agravos nas condições de saúde;

7-- vigilância sanitária: ênfase na guarda, conservação e qualidade dos alimentos, com amplo trabalho informativo e educacional;

8 -- meio ambiente: cuidado inclusive com a proteção das matas ciliares. Proteção da natureza. Lembrar que estamos todos, no mundo, num mesmo grande frasco de ar, num grande aquário das águas que circulam em seu ciclo dos rios para as nuvens, voltando pelas chuvas, correndo pelas nascentes e representando, hoje, um dos mais preciosos patrimônios de um país;

9 -- a conquista do pão nosso de cada dia não pode ser motivo de doença. A Unidade Básica de Saúde orientará a população na prevenção de doenças profissionais;

10 -- medicamentos básicos serão incentivados não só no nível central, com produção estimulada inclusive pelas pequenas empresas, como terão, no nível da unidade básica e comunidade, o incremento das manipulações farmacêuticas e o estímulo à fitoterapia de hábito local com eficácia estudada;

11 -- creches domiciliares em entrosamento com a área de Educação. Trabalhos de levantamentos demonstram a existência, em número crescente e percentuais elevados, de crianças permanecendo sozinhas, trancadas em casa, na saída dos pais para trabalhar. A mãe que optou permanecer no lar, orientada e acompanhada, guardará e protegerá os filhos da que preferiu o trabalho externo;

12 -- planejamento familiar informativo e educativo, respeitando as convicções religiosas de cada um.

Problema nº 5 -- A inexistência da hierarquização e regionalização

A solução do PRONA:

Problemas de maior complexidade que não possam ser resolvidos na Unidade Básica de Saúde serão encaminhados a uma **Unidade Intermediária**, uma pequena unidade hospitalar que estará ligada por meio de rádio às UBS daquela região.

Cada unidade intermediária terá no mínimo um laboratório de patologia clínica (sendo os exames de laboratório colhidos na própria UBS), um serviço de raios-x, uma pequena unidade coronariana, com monitores e

desfibriladores, e uma sala para pequenas cirurgias.

Somente aqueles casos que exijam exames mais sofisticados como cateterismo cardíaco, ressonância magnética nuclear, cintilografia, tomografia computadorizada etc, serão encaminhados a hospitais do nível terciário dotados de equipamentos extremamente mais caros, equipamentos estes que não deverão constar do material adquirido para instalação de uma Unidade Básica de Saúde.

Assim, o Sistema Único de Saúde terá, de fato, uma estruturação em escalões hierarquizados de atendimento, dentre os quais merecerá a maior atenção o atendimento básico, que será feito através da Unidade Básica de Saúde.

Problema n°- 6 -- A irresponsabilidade generalizada

É evidente, para quem vive no Brasil, desde que não seja um político ou pessoa comprometida com o sistema, que o fato aqui na Saúde não é diferente do que ocorre nas outras áreas. Como já foi amplamente discutido neste documento, a autoridade e a responsabilidade desapareceram por completo.

A solução do PRONA:

O Diretor da Unidade Hospitalar (do nível básico, intermediário ou terciário) levará os problemas da sua unidade ao Secretário de Saúde, que terá de resolvê-los em tempo recorde -- ou vai dizer porque não o fez.

Vai acabar, de vez, a ausência de responsabilidade, porque vai voltar a existir autoridade em todos os níveis.

Não se volte a falar em recursos ! Isso já foi discutido.

Cumprindo o Diretor suas funções, dirigindo a unidade com autoridade e responsabilidade, o exemplo rapidamente irá repercutir em toda a unidade.

Médicos e todo o pessoal paramédico serão chamados a participar do grande Projeto Nacional.

Não havendo privilégios, será possível contar com a adesão praticamente maciça ao chamado cívico, do qual todos deverão participar -- A Cruzada Nacional de Saúde.

Problema n° 7 -- A pobreza como um dos fatores de saúde precária

A solução do PRONA:

O Estado fará um investimento maciço na produção, diminuindo as taxas de juros reais, diminuindo a tributação das empresas, fazendo com que o capital se desvie naturalmente da atividade especulativa para a atividade produtiva.

Mais produção, crescimento econômico, mais emprego, melhores salários, melhor distribuição de renda, redução da pobreza, melhoria geral na saúde da população.

Já existem estudos sérios mostrando que o crescimento econômico da nação e, particularmente, o crescimento que tende a reduzir a pobreza, e a educação são fatores decisivos para uma condição melhor de saúde da população.

Problema n° 8 -- A Necessidade da Educação e, em Particular, da Educação Sanitária

A solução do PRONA:

Documentação farta é disponível relacionando o nível de instrução com a saúde da população.

Assim, o investimento em Educação indiscutivelmente trará reflexos na saúde da população.

Educação em especial na área de Saúde será feita a partir do curso primário (primeiro segmento do atual 1° grau), com informações e orientação às crianças sobre o Corpo Humano e como prevenir doenças, iniciando-se, inclusive, precocemente uma campanha contra o fumo.

A participação dos meios de comunicação será fundamental, e um exemplo do que pode ser conseguido já está ocorrendo na Bolívia, em que a Educação Sanitária está sendo feita em programação radiofônica, ensinando-se às crianças regras de higiene pessoal e ministrando-lhes aulas sobre nutrição, vacinação, saúde ambiental, infecções respiratórias agudas e, inclusive, a prevenção contra o cólera.

Problema n°- 9 -- As endemias

A solução do PRONA:

Já mencionadas no retrato da situação da Saúde, as endemias que dão ao Brasil o título de campeão do mundo serão combatidas através de um programa gigantesco visando a erradicar, do país, a doença de Chagas, dentro de um Grande Projeto que inclui a construção de casa própria para os milhões de campônios que, como escreveu Carlos Chagas em 1924, moram "em verdadeiras cafuas, indignas de serem a habitação de um suíno".

Setenta e quatro anos depois, tudo continua do mesmo jeito. Não é bem assim, piorou muito.

Lutar-se-á contra todas as endemias, acolhendo a experiência de profissionais oriundos da Escola de Saúde Pública, sempre no sentido de procurar erradicar e não apenas manter sob controle uma determinada endemia.

Problema n°- 10 -- O fumo

Já existem dezenas de milhares de publicações científicas demonstrando, de modo irretorquível, os malefícios do hábito de fumar.

Acontece, entretanto, que existe um longo intervalo entre causa e efeito, o que faz com que a maioria das pessoas não se dê conta do mal que o fumo está fazendo ao seu organismo.

O melhor exemplo que se conhece é dos jovens americanos que começaram a fumar por volta de 1945.

Nessa época, embora já fosse comum o hábito de fumar, era rara a incidência de câncer no pulmão.

Quarenta anos depois, na população norte-americana não fumante, os índices mantiveram-se baixos, porém, naqueles que constituíam a população dos fumantes de 1945, a incidência aumentou 20 vezes.

Na verdade, o tabagismo respondeu em 1985, nos Estados Unidos, por 20% de todos os dois milhões de óbitos.

Importante é ressaltar-se que, nas próximas décadas, **serão esses fumantes de hoje que estarão dentre os quase 10 milhões de óbitos por década no mundo, produzidos pelo cigarro.**

Cada vez maior é o número de vítimas de doença cardiovascular coronariana, aneurisma aórtico e úlcera gástrica em decorrência do hábito de

fumar.

Aceita-se que, atualmente, nos países onde o hábito de fumar é generalizado, o fumo responde por aproximadamente 30% dos óbitos de homens de meia idade.

A serem mantidas as atitudes de tolerância governamental em relação ao fumo, dentro de 30 anos os óbitos diretamente relacionados ao fumo nos países ditos em desenvolvimento serão em número maior que o número de todas as mortes produzidas pela AIDS, pela tuberculose e por complicações do parto.

No Brasil, a estimativa é que existam 25 % de fumantes em toda a população.

A solução do PRONA:

Alinhando-nos, naquilo que interessa ao bem-estar social, aos países desenvolvidos, serão tomadas medidas drásticas visando a combater aquilo que se constitui, hoje, a maior causa evitável de morte no planeta -- o fumo.

Assim, serão tomadas as seguintes iniciativas:

I - Campanhas de esclarecimento (Educação Sanitária) feitas para jovens e adultos, a exemplo da que fez a Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro em 1987, sob a presidência do Dr. Enéas Ferreira Carneiro, realizada por 98 médicos, que visitaram 98 escolas do 2° grau e fizeram a mesma palestra para cerca de 45.000 estudantes.

Lamentavelmente o Poder Público não teve o menor interesse em dar continuidade ao Programa.

Essas campanhas têm que ser permanentes, integrando-se ao processo educacional.

II - Imposição de restrições ao hábito de fumar em locais públicos -- política que já foi adotada em muitos países.

III - Proibição de qualquer tipo de propaganda do tabaco -- a exemplo do que já fizeram, por exemplo, Cingapura e a China.

IV - Manutenção da elevada carga tributária no tabaco -- o que, com certeza, por aumentar os custos, tende a diminuir o consumo, principalmente entre os jovens.

V - Uso dos meios de comunicação, principalmente rádio e televisão.

Problema n° 11 -- O álcool

O mundo desenvolvido tem um consumo de álcool razoavelmente estável, enquanto, em muitos países em desenvolvimento, o consumo está aumentando.

Dos óbitos produzidos pelo uso do álcool, 50% devem-se à cirrose hepática, 30 % ao câncer do fígado e/ou do esôfago, 10% à síndrome de dependência do álcool e 5% a traumatismos em decorrência de acidentes de trânsito.

Do ponto de vista da sociedade, o pior impacto deve-se à embriaguez no trânsito.

A solução do PRONA:

I - Um código de trânsito extremamente rígido, que estabeleça punição exemplar para o motorista embriagado -- cassação da carteira de habilitação. (Esta sugestão foi por nós apresentada em 1994 e já faz parte do novo Código Nacional de Trânsito.)

II - Educação.

III - Tributação.

Problema n° 12 -- As drogas

A repercussão do abuso de drogas é sempre danosa, no organismo e na sociedade.

Os usuários podem morrer de superdose, de AIDS, de doenças infecciosas cardiovasculares, de violência etc.

A solução do PRONA:

I - Combate encarniçado ao tráfico, com o uso de todos os dispositivos previstos na lei.

II - Educação.

Problema n°- 13 -- A AIDS

Em muitos aspectos a ***AIDS*** se distingue das outras epidemias: é incurável; está piorando; não possui vacina ainda; tem conseqüências econômicas terríveis; por sua causa aumenta, dia a dia, o número de casos

de tuberculose; sua transmissão é facilitada por outras doenças sexualmente transmissíveis, que se tornam, por sua vez, de tratamento mais difícil; sua prevenção é um tema de abordagem difícil.

A solução do PRONA:

Dada a impossibilidade atual de cura, só resta um caminho: a prevenção, que deve ser feita através das seguintes medidas.

I -- Educação sexual continuada (porque todos os anos vão se incorporando à sociedade gerações novas).

A educação deve conter informação específica do processo de contaminação e como evitá-lo.

II -- Tratamento das outras doenças sexualmente transmissíveis, que facilitam a transmissão da ***AIDS***.

III -- Controle de qualidade com exigência de rigor máximo para todas as transfusões de sangue.

UMA VISÃO DE SÍNTESE DO GRANDE PROJETO NACIONAL DE SAÚDE

Apresentando-se, agora, uma visão de síntese de todo o exposto, pode-se afirmar que **o PRONA desenvolverá uma Política de Saúde privilegiando a população de baixa renda, através das seguintes medidas:**

1 -- Criar política de crescimento global, com distribuição de renda obtida a partir da diminuição dos custos de produção, **fundamentalmente diminuição da taxa de juros reais e da tributação** -- o aumento da renda de uma família vai propiciar-lhe melhores condições de saúde.

2 -- Educação maciça das camadas mais pobres, visando a uma escolaridade mínima de oito anos -- com mais instrução, melhoram as condições de saúde.

3 -- Utilização da dotação orçamentária mínima prevista para o Ministério da Saúde -- (20 bilhões de dólares) em 1998, sem permitir desvios de verbas, e alocação de outros recursos em caráter emergencial.

4 -- Corrigir a distribuição desordenada dos médicos no território nacional a partir do modelo proposto.

5 -- Criar tantas unidades básicas de saúde quantas forem necessárias, estruturas simples, sendo restabelecida a função do médico de família.

6 -- Criação de um pacote de serviços clínicos essenciais, funcionando nas unidades básicas de saúde.

a) Assistência à gestante no pré-natal, no parto e no pós-parto.

b) Planejamento familiar, através da educação da família.

c) Controle das doenças sexualmente transmissíveis e da tuberculose.

d) Atenção máxima às doenças que acometem as crianças no início da vida -- diarréias, infecções respiratórias, desnutrição aguda, malária e sarampo.

7 -- Saneamento básico em todo o país (se for necessário, usar-se-ão verbas emergenciais).

8 -- Centralização doutrinária -- as ações básicas de saúde serão as mesmas em todo o país, determinadas pelo poder central e executadas em todas as unidades básicas de saúde (vacinação, incentivo ao aleitamento materno etc).

9 -- Estabelecimento de uma hierarquia no atendimento: unidade básica de saúde -- unidade intermediária -- unidade de nível terciário.

10 -- Restauração da autoridade e da responsabilidade em todos os níveis.

11 -- Campanhas contra o fumo, o álcool, as drogas e para prevenção da AIDS.

12 -- Participação ativa dos meios de comunicação no Grande Projeto Nacional de Saúde.

13 -- Luta acirrada contra as endemias que se perpetuam por inépcia governamental.

Tudo isso só será possível quando tivermos um governo sério, nas mãos de homens preparados, preocupados com o povo, e não constituídos por essa caterva de profissionais da política, que só aprenderam, transitando nos corredores do Congresso Nacional, a fazer acordos para salvaguardar os

seus próprios interesses, enquanto a população, famélica e doente, continua com esperança de que apareça alguém que, de fato, possa representá-la realmente, e defendê-la desses abutres.

13 - O Plano Diabólico

A Imprensa brasileira, serva do Poder Constituído, é submissa ao Sistema Financeiro Internacional, razão por que o povo não tem acesso às intenções verdadeiras que se escondem por trás da farsa embutida nas palavras da moda "privatização", "Estado mínimo", "globalização da economia" etc.

Está em andamento, e com velocidade crescente, um plano diabólico de destruição de todos os nossos valores, de tudo aquilo que nos foi legado pelos nossos antepassados e que nos faz sermos uma nação.

Poucos estão tendo consciência do abismo para onde todos estamos caminhando. Percebo que o povo precisa despertar e, como não disponho de tempo ou espaço em nenhum dos meios de comunicação, resolvi escrever uma cartilha intitulada “O Brasil em Perigo”, da qual eu extraí as páginas seguintes nas quais eu apresento, em 10 passos, toda a estratégia utilizada pelos donos do mundo para a destruição do Estado Nacional soberano.

O documento traz, para o leitor, aquilo que deveria ser dito e escrito através dos veículos de comunicação de massa -- a Verdade, simplesmente.

Que a análise a seguir possa dissipar a cortina de fumaça que se interpõe entre a Verdade e aquilo que se repete a todo instante pelos meios de comunicação, e que o generoso povo brasileiro possa despertar para o seu grande futuro, são os meus desejos.

Os 10 passos para a destruição do Estado-Nação

Primeiro

Provoca-se o descrédito de tudo que é nacional junto à população. Faz-se com que tudo funcione mal, até mesmo por falta de investimentos ou entregando ao inimigo o poder de investir - vão se deteriorando as comunicações, o transporte, o fornecimento de energia etc... e usam-se todos os artifícios possíveis para dar a impressão que o único caminho é a privatização.

Começa, aí, o processo de deterioração do Estado.

Justificam a redução drástica das verbas para os Serviços Públicos dizendo que não há recursos.

A imprensa repete todos os dias que não há recursos.

Todo o mundo repete que não há recursos.

Mas, existem recursos de sobra, que são desviados criminosamente, porém de modo oficial, para pagar juros da Dívida Interna.

Segundo

Reduzem-se progressivamente os salários dos médicos, dos professores e da maioria dos profissionais - funcionários públicos que trabalham diretamente com o povo, criando, neles, uma falta de entusiasmo com o seu trabalho.

Com isso, cai fragorosamente a qualidade dos serviços prestados à população, deteriorando-se os servíços básicos de Educação e Saúde, que são fundamentais para a existência de qualquer nação.

Terceiro

Provoca-se a perda da auto-estima. Os meios de comunicação só divulgam o que não presta - exemplos de corrupção de funcionários públicos, negociatas, golpes contra o Estado etc. Institucionaliza-se o deboche, o desrespeito à pessoa humana, aos mais velhos, à família, à Igreja, aos princípios cristãos.

Cultiva-se uma verdadeira inversão de todos os valores que a Humanidade levou milênios para construir.

Destrói-se tudo e faz-se isso sob a fachada de modernismo.

Quarto

Promove- se uma propaganda gigantesca a favor da desmoralização das Forças Armadas, que são o braço armado do povo.

Em vez de serem fortalecidas, são deixadas à míngua, sem recursos materiais, os militares com baixíssimos salários, isso tudo visando ao seu aniquilamento total.

Quinto

Promove-se um verdadeiro genocídio -- de forma explícita, matando de fome e doenças decorrentes da desnutrição milhões de pessoas e colocando outros tantos abaixo da linha de pobreza, fazendo crescer, assustadoramente, a legião de desempregados, de pessoas nas ruas, com verdadeiras hordas, cada vez maiores, de meninos de rua.

Sexto

Pratica-se um controle de natalidade desumano, esterilizando moças pobres em pleno período de atividade reprodutiva - diminuindo, com isso, o número de brasileiros que poderiam lutar pela sua pátria - com a desculpa esfarrapada de que assim diminuirá o número de meninos de rua.

Sétimo

Destrói-se, pouco a pouco, a noção de patriotismo. Desmoraliza-se o Hino Nacional, a Bandeira Nacional e tudo aquilo que pode representar um sentimento de amor à Pátria.

Os meios de comunicação propositadamente vão jogando na lama a língua pátria. Como a língua é o maior patrimônio de um povo,

desrespeitá-la é desrespeitar a própria nacionalidade.

Oitavo

Infiltram-se, no cenário político e nos meios de comunicação, personagens em defesa da descriminação das drogas, proporcionando, com isso, na juventude, uma falsa idéia de normalidade quanto ao seu uso.

A MACONHA PRODUZ DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Nono

Lançam-se os cidadãos um contra o outro; classe contra classe; patrão contra empregado; cria-se assim um descontentamento geral, fazendo crescer a desconfiança e o ódio entre as pessoas, desaparecendo com isso a harmonia da vida social.

Décimo

Desvalorizam-se, passo a passo, todas as normas de trabalho produtivo; estimulam-se todos os tipos de especulação, levando progressivamente a nação à ruína - é o culto do Bezerro de Ouro.

Conclusão:

Com a nação esfacelada, ninguém mais acreditando no trabalho, no Governo, na família, na Igreja, em coisa alguma, destruídas a noção de patriotismo e a auto-estima, finalmente, com o povo todo convencido de que o Estado não serve para nada, que está falido, que não deve se meter em coisa alguma, que deve ser o menor possível, está justificado, a partir daí, o festival de privatizações, de entrega do patrimônio nacional.

E todo o formidável patrimônio público, construído após décadas de sofrimento, vai se transferindo para uma minoria privilegiada de representantes legítimos do Sistema Financeiro Internacional -- os donos do mundo.

É o fim da pátria, porque não existe pátria sem patrimônio.

Todo o dinheiro até hoje arrecadado das privatizações já feitas (Escelsa, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional, Light etc.,etc., etc., etc.) foi usado para pagar **juros**, e, com a privatização da Vale do Rio Doce, o **dinheiro que constou oficialmente como pagamento para aquisição do controle não seria suficiente para pagar sequer 2 (dois) meses de juros, somente juros...**

E não foi diferente com a privatização do Sistema Telebrás...

É um verdadeiro assalto à nação, feito às claras e com a imprensa toda batendo palmas.

Parece, diante de todo o exposto, não haver saída...

Mas existe uma saída, uma única saída:

É só o Estado assumir o seu verdadeiro papel, assumir a sua responsabilidade através de um governo forte, nacionalista, interventor, voltado para os interesses do todo o povo brasileiro.

É ter coragem para romper definitivamente com o Sistema Financeiro Internacional.

14 - A ECONOMIA DE CEMITÉRIO

O Governo, num passe de mágica, fez o real valer mais que o dólar. Diminuiu as tarifas de importação.Com o dólar barato e tarifas baixas, inundou-se o mercado com produtos importados, com verdadeiras quinquilharias.

A indústria nacional foi obrigada a manter os preços baixos, para poder concorrer com os preços dos produtos importados.

Se os custos das empresas tivessem sido repassados para os produtos, elas perderiam o mercado, cheio de importados.

E, assim, começou o processo, o câmbio puxando a inflação para baixo.

Houve uma perda salarial desde o momento da instalação do plano, avaliada em torno de 30% na virada da URV para o real. Não havendo aumento de salários, entrou em cena o segundo elemento puxando a inflação para baixo.

Com as taxas de juros mantidas no alto, ficou quase impossível, para os agricultores, o pagamento dos empréstimos contraídos – lembram da carreata a Brasília?

Mas, se os agricultores repassassem os custos para os produtos agrícolas, perderiam mercado, porque o Governo também importou alimentos, baixando as tarifas para o nível daquelas da Argentina.

Então entrou no cenário o terceiro elemento puxando a inflação para baixo: os preços agrícolas baixaram, porque senão seria impossível, para os agricultores, venderem seus produtos.

Assim, apoiada em um artificialismo de preços, consegue-se manter a estabilidade dos preços, mantendo-se baixissimo o nível de toda a atividade produtiva da nação.

O resultado é o que se vê: industrias "quebrando", casas de comércio fechando, agricultores falindo, desemprego atingindo níveis críticos, tudo se pasando na verdade como se a nação estivesse manietada, vivendo numa verdadeira economia de cemitério, na feliz expressão do Professor Adriano Benayon do Amaral.

15 - A PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE

O leilão era para adquirirem do Tesouro Nacional 41,73% das ações com direito a voto da Companhia Vale do rio Doce.

O total dessas ações (com direito a voto) era de 64% do capital total.

Então, 41,73% de 64% são 26,7%.

Como, na avaliação encomendada pelo BNDES às empresas Merril Lynch, Rothschild, Bradesco e outras, a quantia total para a CVRD havia sido fixada em 10,36 bilhões de reais, então, bastavam 26,7% de 10,36 bilhões de reais, ou seja, R$ 2,765 bilhões para obter o controle da Vale.

De fato, o que interessa é o controle porque, com ele, dispõe-se dos ganhos, mandam-se esses ganhos para onde se quer, enquanto os demais acionistas ficam olhando, sem ver.

No "leilão", o ágio foi de 20% e, com R$ 3,338 bilhões, o controle da Vale deixou de pertencer ao Estado.

Do consórcio participaram, com mais de 50% das ações da Valepar (que controla a Vale), a CSN, o grupo Opportunity e o Nations Bank, que passaram a controlar a CVRD, sendo minoritários os Fundos de Pensão, O BNDES e os funcionários da CVRD.

O "grupo de controle" ficou com 50,7% do que foi adquirido, ou seja, 50,7% de 41,73%, que é igual a 21,4% do capital total.

Observe-se que os "compradores" da Vale passaram a controlá-la detendo apenas 21,4% do capital da estatal.

Pergunta-se: por que a União, que ainda detinha 34,3%, não ficou com o controle da Vale ?

Resposta: O BNDES e quem o comandava queriam privatizar o controle de qualquer maneira, a qualquer preço e sob não importa que condições.

Na verdade, já os "avaliadores" eram estrangeiros e, apesar de se chamar Brasil, o Consórcio que adquiriu a Vale tinha estrutura financeira ancorada em grandes investidores estrangeiros como City Bank, George

Soros e Nations Bank.

Um percentual de no mínimo 64% foi dinheiro sob controle estrangeiro.

Ilegal, sem dúvida, foi a participação, como avaliadores, do Bradesco e do Banco Rothschild, uma vez que ambos participaram do processo de aquisição da estatal.

Dos 3,338 bilhões de reais pelos quais foi vendido o controle da Vale, na verdade, 1,55 bilhão foi utilizado para resgatar letras do Tesouro. A outra parte, de 1,55 bilhão, ficou com o BNDES, para formar um Fundo destinado à reestruturação do Setor Privado e, em troca, o BNDES assumiu a dívida do Fundo de Compensação das Variações Salariais.

A diferença para completar os 3,338 bilhões deve referir-se a despesas de comissões gastas pelo BNDES no processo.

Então, a União recebeu só 1,55 bilhão. Mas, como havia recursos líquidos no caixa da Vale antes do leilão, de 1,075 bilhão (650 milhões no Brasil, o resto no exterior), na verdade então só entraram 475 milhões.

Ocorre ainda que o BNDES fez um empréstimo de 300 milhões à CSN (uma das compradoras da Vale).

Então, os 475 milhões menos 300 milhões deram um saldo de 175 milhões.

Às vésperas do leilão houve a isenção do IOF (5% de 2 bilhões), em favor de fundos de privatização estrangeiros e, com isso, a União perdeu mais 100 milhões.

Restaram 75 milhões.

Mas, na verdade, não restou nada.

O saldo é negativo, porque a União comprometeu-se a investir em novas descobertas minerais sem remuneração adequada.

A Vale foi DOADA, OU MELHOR, O BRASIL PAGOU PARA DOÁ-LA.

A Vale era - e continua sendo - a maior mineradora de ferro do planeta.

As reservas minerais e as terras da CVRD, ou da União sob o controle da Vale, não são legalmente alienáveis, e não têm preço.

Sua alienação é inconstitucional. Não há valor para elas e, se houvesse, esse valor estaria acima de 2 trilhões de dólares, e muito mais

quando se levam em conta cenários do comércio mundial diferentes do absurdo de hoje, em que não se dá valor às riquezas naturais.

As reservas de ferro da Vale, da ordem de 37 bilhões de toneladas, são reservas para 500 anos.

Acrescentem-se ainda:

10 bilhões de toneladas de anatásio (minério de titânio);
3,8 bilhões de toneladas de bauxita de grau metalúrgico;
150 milhões de toneladas de níquel;
80 milhões de toneladas de manganês;
56 milhões de toneladas de bauxita de grau refratário;
600 toneladas de ouro.

E, ainda, reservas não dimensionadas de molibdênio, prata, paládio, platina, zinco, tório etc., etc., etc., etc.,

A Vale é líder mundial em reservas de bauxita metalúrgica e refratária, e em reservas de titânio.

Pois bem, do complexo industrial da Vale participam indústrias de grande porte, portos e ferrovias; e, além disso tudo, existe todo um arsenal de conhecimentos tecnológicos ligados ao setor mineral etc., etc., etc.,etc..

Considere-se que a International Nickel Company - INCO - pagou 3 bilhões de dólares, à vista, por uma única jazida descoberta na Península do Labrador ...

E, para se ter uma idéia ainda mais precisa da razão fundamental por que a Vale jamais poderia ter sido privatizada, examine-se , do ponto de vista geopolítico, a verdadeira situação dos países ditos ricos.

Veja-se que os Estados Unidos têm 7% da população do planeta, importam 91% do alumínio, cromo e platina, 97% do cobalto, 98% do molibdênio, 100% do nióbio e, no entanto, consomem

45 vezes mais Zn,
52 vezes mais Al,
64 vezes mais Fe,
102 vezes mais Cu e
176 vezes mais Pb
do que o resto do mundo.

O Japão, por sua vez, importa 100% de todo o Mn, Al, Nb, Co, Sb, Ta, V, Ni, dos fosfatos; 98% de toda a Pt, 99% do Cr, 99% do Pb ....

Afinal de contas, o que é que o Japão tem, além do glorioso povo japonês?

A Europa não está distante disto: importa quase 100% de todos os minerais.

Será que ainda existe alguma dúvida?

(Os dados sobre o leilão da Vale nos foram fornecidos gentilmente pelo Prof. Adriano Benayon do Amaral, Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha)

16 - A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA TELEBRÁS

Alguns dos principais Bancos de investimentos de Nova York - e mais um certo Banco Patrimônio - foram os ``assessores" da República Federativa do Brasil na reestruturação, avaliação e venda do Sistema Telebrás (palavras deles mesmos em anúncio de página inteira nos jornais de 04/08 de 1998).

O anúncio intitulou-se: "Telebrás R$ 22 bilhões. A maior privatização na História da América Latina." Mas esses R$ 22 bilhões incluem R$ 2,65 bilhões referentes à Embratel. Esta, ainda mais estratégica do que a Telebrás, foi cedida no "leilão" à MCI dos EUA. É essa que detém os circuitos por onde passam as telecomunicações, inclusive as pertinentes à segurança nacional.

Portanto, todas as companhias em que a Telebrás foi desmembrada para a operação foram alienadas por R$ 19,35 bilhões, dos quais 40% à vista, isto é, R$ 7,74 bilhões (sem considerar facilitários admitidos e omitidos).

Essa quantia é da ordem da que a Telebrás investiu em 1997 - atenção: em um só ano – a saber, R$ 7,5 bilhões, e com recursos próprios. Ela teve, nesse mesmo ano, lucro de 4,5 bilhões, i.é., 58% dos R$ 7,74 bilhões. O faturameto anual foi superior a R$ 20 bilhões.

Foram "vendidos" 52% de cada companhia, ou seja, o controle delas foi transferido aos grupos estrangeiros. Somente a de telefonia fixa do Norte e Nordeste, a menos rentável, foi passada a um grupo dito nacional, o qual ainda foi beneficiado com um deságio de 25%, pois o correspondente a isso será pago pela BNDESPAR, do BNDES, associado ao consórcio.

Quando unida e nacional a Telebrás, as tarifas dessas regiões podiam ser subsidiadas com os ganhos nas áreas com redes mais densas. A tendência agora é a de o subsídio ser pago pelo Tesouro Nacional (já prenhe de dívidas), o que implica acréscimo nos lucros das donas do Centro, São Paulo e Sul.

Pode-se duvidar que as Telecoms espanhola e portuguesa tenham escala mundial para manter o controle das empresas que "adquiriram" no Brasil. A Telefónica de España já estava, no momento do leilão no Brasil,

emitindo notas no exterior *(Floating Rate Notes)*, no valor de US$ 1,5 bilhão (cerca de R$ 1,8 bilhão). Ora, os 40% à vista para ficar com o controle da TELESP foram R$ 2,3 bilhões. Isso, na realidade, é aumentar a Dívida Externa brasileira, em troca de supostos investimentos diretos. E esses serão a base de continuadas transferências de recursos locais ao exterior. A Telecom portuguesa imediatamente estava procurando sócios (no exterior).

Mesmo sem levar em conta que parte do capital dos novos donos será obtido localmente, os "preços" da privatização da Telebrás são ridículos,e ainda mais ridículos, se se levasse em conta o potencial de crescimento da empresa, operando em todo o país. E num Brasil que não estivesse, como está, sendo exaurido pela ação das transnacionais, déficits interno e externo, dívidas, desemprego etc.

Mais importante do que o já de si infamante preço, tal como aconteceu com a Vale do Rio Doce, a questão principal é que, como esta última, a Telebrás e a Embratel não têm preço. Em 1° lugar, por gerirem patrimônios vitais para a segurança nacional. Em 2° lugar, por serem pólos nacionais - agora dilapidados - de acumulação tecnológica. Esta agora concentra-se cada vez mais no exterior. Não apenas o Brasil perde as mega-empresas de comunicações (e a Telebrás era a 10ª companhia do setor no mundo), mas empresas privadas nacionais, suas fornecedoras estão sendo alijadas do mercado. Elas perdem suas encomendas, e fecharão dentro de pouco tempo, uma vez que os grupos estrangeiros controladores reservam o respectivo mercado para empresas a eles ligadas.

Todas as grandes mundiais atuam tanto nas telecomunicações como na área de tecnologia. E ,se compram de fornecedores, esses são do mesmo país.

Todos os países que preservam sua independência têm adotado três tipos de estratégia, muito distinto do procedimento usado no Brasil.

A) Evitam a privatização; B) Privatizam apenas parte do capital da Empresa, mas não o controle de suas Telecoms; C) Uns poucos que privatizam o controle só o fazem em favor de grupos nacionais, e mantêm o setor sob abrangente e firme regulamentação do Estado. Já a lei aprovada no Congresso brasileiro, em 1997, não detalha as regras nem assegura que exista obediência às suas normas genéricas (Antonio Albuquerque, dirigente da FITTEL).

E a "universalização" dos serviços, como novos terminais telefônicos, acesso à Internet para as escolas, oferta generalizada de telefones celulares, poderá ocorrer, pelos art. 81 e 82 da lei (LGT), custeadas não pelas empresas operadoras, mas pela União, Estados e Municípios (Marcos Dantas, entrevista à revista Caros Amigos, julho 1998).

Ademais não se prevê a preservação do CPQD, o Centro Tecnológico do Sistema Estatal. Este se vê diante de duas vias: a) Ceder, sem recompensa adequada para o país, a tecnologia acumulada (e que produziu excelentes resultados); b) extinguir-se com o tempo.

Assim, vai se enfraquecendo, também, a capacidade tecnológica pública, ademais da privada.

Política coerente com a geral, em prática no país, de suprimir os empregos de alta qualificação para brasileiros.

Mais uma vez, a pressa em liquidar o que jamais deveria ser liquidado determinou prejuízos gigantescos ao país, que terá muitos problemas para, um dia, reaver o que é seu.

Nessa pressa cometeram-se, além disso, ilegalidades, mais uma vez ignoradas, em função das pressões do Executivo sobre o Judiciário, ao qual foram submetidas pela sociedade , pelo menos, 158 contestações.

(Este capítulo corresponde à transcrição de um texto escrito pelo Prof. Adriano Benayon do Amaral, Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha, sobre a privatização do sistema Telebrás, e que nos foi por ele gentilmente cedido.)

17 - O BRASIL EM PERIGO

Na década de 80, chamada de década perdida, superou-se o desequilíbrio externo, através de um esforço gigantesco para obter um superávit comercial que cobrisse o grande déficit na balança de Serviços, que era praticamente uma constante nas contas externas do país.

No final de 1997, o déficit das Transações Correntes foi de 33,4 bilhões de dólares, criando-se novamente um desequilíbrio externo.

É um déficit 500 vezes superior àquele que existia antes do Plano Real, mais do que o dobro do que era na pior situação em que o Brasil já esteve, com déficit de 16 bilhões em 1982.

Por outro lado, para manter a boa imagem externa, há que manter altas as Reservas, o que é obtido, obviamente, à base de empréstimos, colocando o Brasil em 5º ou 6º lugar no mundo em Reservas Internacionais, hoje na faixa de 70 bilhões de dólares. Os credores internacionais ficam bem impressionados porque, com seus empréstimos ao Brasil, eles obtêm grandes lucros.

A situação acima descrita cria uma vulnerabilidade terrível para o país que se torna, assim, absolutamente dependente de Recursos Internacionais para:

1. refinanciar os Títulos da Dívida Externa já existente, cujos vencimentos vão ocorrendo;
2. conseguir novos recursos para manter o Serviço da Dívida referente às Reservas, títulos que vão vencendo também;
3. e, finalmente, angariar recursos para financiar o novo déficit de Contas Correntes, uma vez que as importações continuam sendo maiores que as exportações.

AÍ ESTÁ O ÓBICE INTERNACIONAL MAIS SIGNIFICATIVO.

O investimento externo no Brasil em 1997 foi de 17 bilhões de dólares, mas não foi tudo para a produção: uma parte destinou-se a financiar internamente as vendas, com as taxas internas, e outra foi para aplicar o capital em papéis – especulação pura.

Apesar de os dados não serem claros, aparentemente até o

dinheiro trazido de fora para as privatizações está sendo considerado como investimento, quando, de fato, não há investimento, é empréstimo a curto prazo, que criará um ônus adicional quando se tratar de infra-estrutura, uma vez que gerará exportação de lucros e não de bens e serviços.

Quanto custa a dependência internacional?

Para que venham os recursos externos, o Governo tem que colocar seus títulos internamente pagando juros elevadíssimos de 19,75%, cerca de 20% ao ano.

Com isso, a Dívida Interna cresce cada vez mais: aumenta a Dívida do Tesouro, a Dívida do Banco Central e a dos Estados membros da Federação.

Assim, cresce explosivamente o desequilíbrio fiscal.

Quebra-se a União, quebram-se os Estados e.... todos os governadores passam a depender do Comando Central, personificado na pessoa do Presidente da República, do Executivo Nacional, que passa, assim, a dominar os Executivos Estaduais, que se tornam todos dependentes do Poder Central.

Isso tudo não aconteceu por acaso. Ocorreu de propósito.

Como o Governo tem aumento de encargos, volta-se para a sua fonte natural de receita: os impostos. E aumenta então a carga fiscal.

No final de 80, ela era cerca de 22% do PIB. Em 94, 28%. Em 97, chegou a 31% do PIB.

Aí está a prova irretorquível de que não adianta aumentar a carga fiscal.

Ela veio aumentando e a Dívida Pública continua crescendo.

Os Estados são obrigados a vender seus Bancos, suas Empresas. Cada Governador quer resolver o seu problema, do seu Estado, sempre tentando cobrir o rombo provocado pelos encargos financeiros.

O que faz o Governo Federal ?

1- Como ninguém controla o Governo Federal na tomada de empréstimos externos, o desequilíbrio vai ficando cada vez maior.

Os governos estaduais, para apanhar dinheiro, dependem dos acordos feitos no Congresso.

E, assim, o Governo Federal vai imperando de modo absoluto ... democraticamente.

2- O Governo Federal tem o recurso de emissão de moeda através do Banco Central, que usa o novo dinheiro emitido **não para o Orçamento,** mas sim para cobrir o déficit..

3- O Banco Central, por sua vez, omite boa parte dos seus déficits, o que será demonstrado à frente.

A situação da Dívida Interna, com os dados de maio de 98, segundo os relatórios oficiais, é a seguinte:

Dívida Mobiliária185 bilhões

Tesouro

Dívida Contratual
(60 – 42) = ... 18 bilhões
D C
Total .... 203 bilhões

Dívida Interna

Débitos:
Tít. no Merc. 127,0 bilhões
Bancos Part. ..50,0 bilhões
177,0 bilhões

Banco Central

Créditos:

Tít. do Tesouro67,0

bilhões

Est. e Mun.....30,0 bilhões
Reservas........60,0 bilhões
Bancos Particulares
(PROER)......20,0 bilhões

177,0 bilhões

Tesouro

Dívida Mobiliária.......53 bilhões
Dívida Contratual......12 bilhões
65 bilhões

Dívida Externa

Privada .... 135 bilhões

Dívida Externa Total do País .... 200 bilhões

*** Todos os valores são expressos em dólares.**

Por meio de artifício contábil, São Paulo passou a dever **zero** aos seus credores, e cerca de 49,5 bilhões para o Tesouro, com prazo de pagamento de 30 anos e juros de 6% ao ano.

É bom lembrar que essa dívida monstruosa só existe devido à incidência de juros sobre juros, sempre maiores do que os juros cobrados no nível nacional, e que parte da dívida era na verdade de débitos junto ao BANESPA, de empresas das quais o governo é acionista, dívidas que o governo não tinha que assumir.

Assim, a Dívida Mobiliária do Tesouro, de 185 bilhões, passa para 234,5 bilhões, sendo que, desse total, 49,5 bilhões são os títulos trocados com São Paulo, que não deve mais aos seus antigos credores, e sim ao Tesouro.

Ainda assim, mesmo com todo o artifício que escamoteou 49,5 bilhões, a Dívida Mobiliária do Tesouro, que era de 60 bilhões no final de 1994, agora em 1998 é, no mínimo, de 185 bilhões.

A Dívida Mobiliária no mínimo triplicou durante o atual governo.

Além da Dívida Mobiliária, a Dívida Interna do Tesouro conta com a chamada Dívida Contratual Interna, que está sendo atualmente compensada com créditos junto aos Estados.

Não se dispõe dos dados exatos sobre isso, mas o débito deve estar em torno de 60 bilhões e o crédito em torno de 42 bilhões, restando um saldo devedor líquido para a Dívida Contratual de 18 bilhões.

A Dívida Interna , então, é a soma da Dívida Mobiliária (185 bilhões) com a Dívida Contratual (18 bilhões), num total de 203 bilhões.

Dívida Interna Total **203 bilhões**

Uma outra abordagem permite apresentar a Dívida Mobiliária (185 bilhões) somada com a Dívida de São Paulo (49,5 bilhões), perfazendo um total de 234,5 bilhões. Acrescente-se a este último valor a Dívida Contratual total, no valor de 60 bilhões, sendo obtido o valor total para a Dívida Interna de 294,5 bilhões. Mas, como houve a negociação com São Paulo, de 49,5 bilhões, e a renegociação com os Estados chegou a um saldo credor de 42 bilhões, então, tem-se que abater 49,5 bilhões somados a 42 bilhões, ou seja, abater o valor de 91,5 bilhões de 294,5 bilhões, o que leva ao mesmo resultado a que se chegou no cálculo anterior.

Dívida Interna Total **203 bilhões**

O Banco Central, por sua vez, em dezembro de 1994 apresentava um débito de 26,5 bilhões. Em maio de 1998 o débito do Banco Central totalizou 126,8 bilhões (aproximadamente 127 bilhões).

Além disso, existe um débito decorrente dos depósitos compulsórios que os Bancos particulares são obrigados a fazer no Banco Central.

O valor do débito do Banco Central junto aos Bancos particulares está em torno de 50 bilhões.

Assim, o Banco Central deve 126,8 bilhões (aproximadamente 127 bilhões) de títulos, a que se acrescem 50 bilhões de dívida com os Bancos particulares, isso perfazendo um débito total de 176,8 bilhões, em números redondos 177 bilhões.

Por outro lado, o Banco Central tem créditos: 67 bilhões em títulos do Tesouro, 30 bilhões em títulos estaduais, 60 bilhões de reservas e 20 de Bancos particulares (PROER), tudo perfazendo 177 bilhões.

Então, do ponto de vista de balanço contábil, o Banco Central está muito bem. Mas, de fato, existem problemas. A verdade é que o Banco Central não contabiliza as despesas **todas** como despesas.

Em seu último balanço, de 31/12/97, o Banco Central apresentou 11,6 bilhões sob o título "Resultados a Compensar".

São na verdade prejuízos, mesmo, que não há interesse em documentar.

Se o Patrimônio Líquido do Banco Central é de 3,6 bilhões e é apresentado um prejuízo de 11,6 bilhões, então, o Patrimônio Líquido é negativo.

Foi essa a razão por que fecharam o BANESPA, o BANERJ etc..

Se o Banco Central faz isso, é porque ele segue a política econômica do Governo Central, mascarando seus verdadeiros resultados em benefício de uma suposta estabilidade da moeda.

Então, só existe uma saída:

TEM QUE HAVER UMA SUBORDINAÇÃO DO BANCO CENTRAL AOS REAIS INTERESSES DA NAÇÃO.

Uma outra questão é que os Bancos são obrigados a fazer uma provisão para empréstimos duvidosos, para créditos de liquidação duvidosa, provisão para operações internas e externas.

O Banco Central apresentou, para operações internas, para perdas e créditos de liquidação duvidosa , uma provisão de 5,4 bilhões.

Acontece que o crédito junto aos Bancos particulares (PROER) corresponde ao empréstimo feito à "parte podre" dos bancos socorridos. Os credores daqueles bancos levaram toda a parte boa (depósitos e créditos bons). Sobraram os créditos de liquidação duvidosa, os empréstimos ruins e os depósitos do Banco Central naquelas Instituições.

Então, os depósitos do Banco Central nos bancos falidos têm como contrapartida créditos sem volta.

Ora, se a provisão apresentada pelo Banco Central para perdas e créditos de liquidação duvidosa é de 5,4 bilhões, e se existem 20 bilhões do PROER, então o Banco Central está com 15 bilhões de perdas sem cobertura de provisões...

Então o Banco Central, muito embora se apresente muito bem no seu balanço, de fato não está nada bem, está muito mal.

A DÍVIDA EXTERNA

A Dívida Externa do Tesouro em moeda nacional é de 53 bilhões e a Dívida Contratual é de 12 bilhões, isso perfazendo um total de 65 bilhões.

A Dívida Externa privada, apesar de não ser responsabilidade do Tesouro, tem a cobertura do Banco Central, porque quem dá convertibilidade à moeda é o Banco Central.

Existem diferentes formas de ingresso de dólares no país: títulos que o Tesouro coloca no exterior, investimentos externos feitos no Brasil, empresas que colocam papéis no exterior, recursos que vêm ser aplicados na Bolsa, etc.

Esses dólares entram no país, passam pelo mercado de câmbio e vão para o Banco Central, de onde saem reais para circulação interna.

O Tesouro só é responsável pelos dólares que tomou emprestado no exterior. Quem deve no exterior é quem trouxe os dólares.

Assim, **aparentemente** não há nenhuma responsabilidade do Governo em relação à Dívida Externa Privada, que hoje está em torno de 135 bilhões.

Mas, para ficar claro como a Dívida Externa Privada reflete-se, em última análise, no Banco Central, imagine-se a situação em que a empresa devedora que apanhou os dólares no Exterior, entregou no final das transações ao Banco Central e recebeu reais, agora queira comprar dólares para poder pagar a dívida no Exterior.

A empresa vai ao Banco Central e diz que quer comprar dólares. O Banco Central responde que não dispõe dos dólares porque não consegue trazê-los do Exterior – não consegue obter empréstimos.

Então, como é o Governo que tem a responsabilidade de dar convertibilidade à moeda estrangeira, chegou-se a um impasse:

O PAÍS ESTÁ EM INSOLVÊNCIA PLENA

A conclusão é que o Tesouro pode não dever nenhum real e o país "quebrar", porque os seus compromissos, os compromissos da nação (não necessariamente só do Tesouro), **todos os seus compromissos de empréstimos feitos no Exterior são em moeda estrangeira.**

A insolvência ocorre quando deixam de entrar os dólares ou não há dólares em quantidade suficiente para atender à demanda, que depende da necessidade de dólares para o pagamento da dívida já vencida somado ao pagamento dos juros que vão vencendo.

Na verdade, o Brasil está convivendo, em sua contas, com 2 problemas gravíssimos:

1 - **Existe o problema de natureza fiscal.**

Existe um déficit fiscal, que resulta do desequilíbrio das contas do governo, porque o Tesouro tem encargos em moeda nacional muito maiores do que a receita, isso exatamente por causa dos juros gigantescos que paga pelo Serviço da Dívida Interna.

Ë mentira que haja déficit porque o Governo gasta com o "funcionamento da máquina estatal".

O Governo gasta, realmente, mais do que arrecada, mas **não é com as despesas públicas, não é para manter o funcionamento da máquina estatal, não é com o pagamento de funcionários públicos, não é para manter as Forças Armadas, não é com a manutenção de hospitais e escolas...**

O que ninguém diz – porque não há interesse em dizer – é que existe uma saída gigantesca de dinheiro, de modo oficial, que é canalizado todo ele para pagamento dos juros gigantescos – dos maiores do mundo – com que é pago o serviço da Dívida Interna.

Em 1996 foram no mínimo 30 bilhões só de juros (Dívidas Interna e Externa).

O 2º problema é a necessidade de manter a convertibilidade da moeda estrangeira diante de uma dívida em dólares que cresce sem

nenhum controle, porque o país continua gastando mais dólares do que tem de receita no intercâmbio internacional.

E os dólares que vêm, por empréstimo, vêm sempre com juros altos.

E os juros são mantidos altos para não deixar fugir o capital que está aplicado na Bolsa ou em títulos públicos.

Mesmo que o Tesouro cobrisse todo o déficit fiscal, dobrasse a sua receita em reais, aumentando-a de modo a cobrir todos os encargos de juros com dinheiro de impostos arrecadados, equilibrando as contas e acabando com o déficit fiscal, mesmo assim o problema externo continuaria, porque o país tem uma Dívida Externa em dólares que vence a toda hora, que cresce exponencialmente e que exige, só este ano, cerca de **30 bilhões de contratações novas para cobrir só o que já está vencido, e mais cerca de 20 bilhões do déficit novo deste ano.**

É por isso que é, no mínimo, um atestado de ignorância ou de má fé dizer que o problema do Brasil é o déficit fiscal.

Não adiantaria nada fazer qualquer reforma de natureza fiscal visando a corrigir o problema externo, que não tem nada a ver com o Tesouro.

Então, a Dívida em moeda estrangeira torna o país insolvente, independentemente do Tesouro, porque dívida em moeda estrangeira tem que ser paga em moeda estrangeira, e não se fabrica moeda estrangeira no país.

A Dívida Externa do Tesouro é pequena (cerca de 65 bilhões).

A Dívida Externa particular é do país, é difícil de administrar, tem parcelas vencendo a todo instante, gira com juros altos, continua crescendo porque, como as taxas de câmbio estão supervalorizadas e as tarifas estão baixas, continua-se com gastos muito altos em moeda estrangeira.

Em 1997 a amortização da Dívida Externa global do país foi de 28,7 bilhões.

DÍVIDA EXTERNA
EM 1996

Registrada ....144 bilhões
Não registrada (operações c/ menos de 1 ano)................................34 bilhões
Total.. 178 bilhões
Em dezembro de 1997 (aumento aproximado) ....20 bilhões
Total.. 198 bilhões

*** Todos os valores são expressos em dólares.**

DÍVIDA EXTERNA **APROXIMADAMENTE 200 BILHÕES**

Imagine-se agora que haja uma corrida, por exemplo, de saída de dólares de algum país como está ocorrendo na Ásia. As pessoas querem resgatar os seus dólares para ir embora. De quem é a responsabilidade de manter a solvência das Contas Externas ? É do Governo, em última instância. Para não deixar o país "quebrar", o Governo pede ajuda ao FMI, porque de algum lugar os dólares têm que vir.

O FMI, então, apresenta suas condições para fazer os empréstimos institucionais e exige que sua cartilha seja cumprida à risca: privatizações das estatais, assinatura do Acordo de Não Proliferação de Armas Nucleares, reforma do Estado, reforma da Previdência, contenção salarial etc., etc., etc., etc.

Os resultados recentes têm se mostrado catastróficos nos países assistidos pelo FMI.

CUSTO ANUAL
DAS DÍVIDAS INTERNA E EXTERNA

INTERNA

Dívida Mobiliária – 185 bilhões a 20% ao ano 37	bilhões
Dívida Contratual (São Paulo) 50 bilhões recebe 6% / paga 20% diferencial de 14% ao ano 7	bilhões
Dívida Contratual (outros Estados) 40 bilhões a 14 % ao ano 5,6	bilhões

EXTERNA

Renegociação externa de 40 bilhões a 6% ao ano.. 2,4	bilhões
Dívida com taxas maiores – 25 bilhões a 12% ao ano................................. 3	bilhões
Dívida c/ empréstimos p/ manter as reservas 60 bilhões Recebe 5% / paga 20% diferencial de 15% ao ano.. 9	bilhões

TOTAL 64	bilhões

64 bilhões divididos por 12 meses = 5,3 bilhões p/ mês, isso com cálculo feito à taxa de juros atual. No primeiro semestre a taxa foi maior.

*** Todos os valores são expressos em dólares.**

Se a receita da União foi em 1997 de 115 bilhões, e se, agora em 1998, a média da receita tem sido em torno de **10 bilhões por mês,** então, chega-se a mais um absurdo.

Mais da metade da receita da União é desviada para o pagamento de juros das Dívidas Interna e Externa.

Receita por mês	Pagamento de Juros
10 bilhões	5,3 bilhões

E, além de tudo isso, calculando-se os juros, nas taxas em que ocorreram, desde 1994 até agora, a partir do valor da Dívida Interna em dezembro de 1994, de 60 bilhões, verifica-se que ela estaria pelo menos 38

bilhões abaixo do valor que tem atualmente,

ou seja,

o governo, usando a colocação de papéis, aproveitou...e tomou mais dinheiro.

O descontrole é total.

Finalmente, não se diga que não há recursos:

O BNDES tem tanto dinheiro ... que até financia a compra de nossas estatais pelos estrangeiros.

(Todos os dados utilizados neste capítulo foram extraídos de publicações oficiais do Banco Central, gentilmente fornecidos pelo Dr. Dércio Garcia Munhoz, professor de Política Econômica e Economia Internacional da Universidade de Brasília.
Em toda a análise da questão macroeconômica tem sido de extrema relevância a assessoria do Prof. Marcos Coimbra, conselheiro da Escola Superior de Guerra e Titular de Economia das Faculdades Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.)

18 - A SOLUÇÃO DO PRONA

O CURTO PRAZO

Diante do quadro aterrador que foi descrito, do qual já há sinais incontestes no cenário nacional (desemprego em massa, falências, concordatas, aumento explosivo da criminalidade) etc., em que o Brasil está na iminência de perder os últimos resquícios da soberania nacional, o PRONA sente-se na obrigação cívica de conclamar a população brasileira para a implementação das seguintes medidas:

1- **Ruptura com o Sistema Financeiro Internacional,** com o que se buscará sair de vez desse círculo vicioso cruel em que o nosso país se debate, agora sem nenhuma esperança de sobrevivência.

Para isso, comporemos uma Comissão Multidisciplinar, de alto nível, para identificar as vulnerabilidades existentes, as medidas de retaliação de que o Brasil pode ser vítima e as providências passíveis de tomar, isso com o recrutamento da Inteligência Nacional em todos os setores, independentemente de credos e convicções de qualquer natureza.

Serão convocados todos os segmentos nacionais para conscientização da gravidade do momento, acionando mecanismos adequados para neutralizar as medidas antagônicas.

Serão limitadas as importações ao mínimo necessário, em termos estratégicos, buscando acordos anteriores com fornecedores confiáveis e aliados, dando especial destaque aos parceiros do MERCOSUL.

Nesse curto prazo, buscaremos restringir a importação de alimentos, cuja produção nacional em busca da total suficiência, a médio prazo, será possível a partir de um investimento vultoso de recursos na produção agrícola.

Buscaremos o apoio de todas as nações atualmente esmagadas pelo Sistema Financeiro Internacional.

Estabeleceremos, a partir do Ministério das Relações Exteriores, uma política de conscientização dos credores estrangeiros de que não é mais possível, para o Brasil, prosseguir nesse processo de dessangramento de sua população.

Traremos a moeda nacional para o seu verdadeiro valor de referência, e reduziremos os tributos que oneram as exportações.

Diminuiremos a taxa de juros, trazendo-a para o nível com

que são remunerados, por exemplo, os títulos dos Estados Unidos.

Como será paralisada instantaneamente a drenagem de recursos financeiros, como, **por algum tempo, não se pagará mais um centavo de juros a quem quer que seja,** divulgaremos amplamente no exterior que o nosso objetivo será atingido através de moratória por período limitado.

Será apenas uma parada temporária para avaliação do quadro a partir de dados reais, para uma possibilidade de reflexão e o restabelecimento da retomada dos pagamentos dentro das nossas possibilidades reais.

O impulso gigantesco que será dado à atividade produtiva, colocando em funcionamento as máquinas industriais atualmente paradas, isso aliado ao incremento acentuado da atividade agrícola, à diminuição do desemprego no campo e na cidade, tudo concorrerá para aquilo que os técnicos chamam "uma explosão do consumo" e, quase certamente, os especuladores de plantão quererão trazer de volta o fantasma da inflação.

Por isso, visando a evitar que tal venha a ocorrer, será decretado o

2- **Estado de Emergência Econômica**, na forma abaixo:

• prefixação de preços e salários, com base na média dos últimos 48 meses, com especial ênfase nos setores que operam em concorrência imperfeita (monopólios etc.). Uma ou outra correção poderá ser admitida se houver uma injustiça flagrantemente documentada;

• ampla difusão pelos meios de comunicação de massa das tabelas contendo os preços dos bens e serviços mais significativos;

• fiscalização feita com a colaboração de toda a sociedade;

• punição exemplar dos infratores com adoção de medidas por ocasião da decretação do Estado de Emergência Econômica;

• manutenção da sistemática por um período não inferior a 6 meses, para evitar o retorno da inflação;

• passagem para a situação de normalidade com a implementação de medidas ortodoxas, saindo gradualmente do Estado de Emergência Econômica, com rígido controle dos fluxos monetários;

• ataque gradual e sistemático aos oligopólios, principalmente através de medidas fiscais e, apenas quando estritamente necessário, importação de bens;

• adoção de uma nova unidade monetária, marco da nova situação, lastreada em recursos minerais escassos no exterior e abundantes no país, como, por exemplo, o nióbio.

Todos os esforços serão feitos para

3- **Aumentar o mercado interno,** o que só poderá ser obtido

à medida que se fortalecem a atividade industrial e agrícola, com a diminuição da economia informal, reflexo que é da falta de vagas no mercado de trabalho.

Será feito investimento maciço na educação básica e profissionalizante, sem descurar da Ciência e Tecnologia, evitando a fuga de cérebros para o Exterior.

Pouco a pouco irá sendo consolidada a vocação brasileira de grande produtor de alimentos e exportador dos excedentes.

Nitida será a melhoria na distribuição de renda, uma vez que todos os recursos - **hoje desviados para a especulação financeira** - estarão sendo drenados para a atividade produtiva, podendo-se assim corrigir, com eficácia, a situação de penúria, de pobreza crítica em que vive mergulhada grande parte da população brasileira.

4- **Ataque às verdadeiras causas da inflação,** o que não tem sido objeto de nenhum dos planos anteriores.

Considerando-se que a inflação brasileira tem sido fundamentalmente uma inflação de custos e não de consumo, uma vez que 2/3 da população vivem numa economia de pura subsistência, é fundamental que se ataquem, de vez, as causas da inflação, e não que ela fique represada, na verdadeira "economia de cemitério" em que a nação mergulhou com o plano real. Assim, há que intervir nas duas grandes causas do processo inflacionário, ambas ligadas ao sistema de formação de preços: **a carga tributária e a taxa de juros.**

Proceder-se-á a uma simplificação do número dos atuais tributos e a uma redução da carga tributária geral.

Diminuindo-se as alíquotas, aumentar-se-á o número de contribuintes, pois diminuirá o estímulo à sonegação fiscal (orçada hoje, no mínimo, em 100% da arrecadação).

Tendo por meta um Imposto Único sobre Transações Bancárias (2% para o credor e 2% para o devedor), inicialmente os atuais tributos serão reduzidos a apenas quatro: 1- Imposto de Renda e Proventos de qualquer natureza das pessoas físicas e jurídicas (IR), de competência da União; 2- Imposto sobre Valor Agregado (IVA), atribuição dos Estados membros; 3- Imposto Predial, Territorial Urbano e Territorial Rural (IPTU), sob a responsabilidade dos municípios; e 4- Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), mantido em caráter excepcional, sendo atribuição da União, aplicado sem exceções, a não ser as previstas na Constituição.

Serão mantidos os impostos utilizados como instrumento de política econômica tais como o Imposto sobre Exportação (IE) e o Imposto sobre Importação (II).

Continuarão a existir as contribuições para a Previdência

Social, até que se possa obter uma avaliação real do novo quadro da Receita Tributária.

A médio e a longo prazo, é fundamental fortalecer as empresas nacionais, investindo pesadamente na atividade industrial e agrícola, reduzindo as importações a um mínimo, importando somente aquilo de que, realmente, necessitamos, privilegiando a produção nacional, promovendo o aumento da área cultivada, desenvolvendo o ***"agribusiness"*** e aproveitando, ao máximo, o que nós temos de melhor, que é o homem brasileiro.

É evidente que se buscará como corolário retomar, no mínimo, a taxa histórica de crescimento de **7%** ao ano, com desenvolvimento próprio, e não **crescimento dependente,** que tem sido a tônica de toda a ação governamental nas últimas décadas.

O processo de esfacelamento da indústria nacional será detido na medida exata em que o Estado Nacional reassuma sua postura soberana e se possa, então, obter um estágio mais avançado de industrialização.

Proceder-se-á à recuperação, ampliação e modernização da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, retornando o controle operacional das empresas privatizadas para o Governo brasileiro.

Só assim, redirecionando os fluxos de capital, que hoje são drenados para a atividade especulativa dentro e fora do país, no sentido de sua aplicação na atividade produtiva industrial e agrícola dentro do país, detendo a sangria dos nossos recursos financeiros e das nossas matérias primas, poderemos, no médio prazo, ter um lugar de destaque no cenário internacional como nação livre e soberana.

Finalmente, obtida a industrialização do país com a máxima independência tecnológica, conquistada a integração nacional através da modernização e ampliação das grandes vias de transporte, uma vez desenvolvidos os sistemas modais hidroviário e ferroviário (hoje quase abandonados), e integrados aos sistemas rodoviário e aeroviário, ocupados os vazios demográficos no Centro-Oeste e na Amazônia, ainda assim, a independência econômica do Brasil só poderá ser obtida, em definitivo, com uma política de longo prazo através da qual se obtenha a independência energética do país.

O Brasil é um continente que recebe energia solar o ano inteiro, energia essa que é, em parte, armazenada nas folhas verdes, nas ligações interatômicas das moléculas de glicídeos e lipídeos fabricadas pelos vegetais através do mecanismo básico da fotossíntese.

Assim, é possível obter o álcool, que pode substituir com tranqüilidade a gasolina, o que já se faz no Brasil a partir de um projeto pioneiro no mundo – o Programa Nacional do Álcool.

Também os óleos vegetais podem ser obtidos a partir da mamona, do dendê, do babaçu e de muitos outros vegetais, podendo substituir, pelo menos em parte, o óleo diesel.

Assim, considerando-se que a era do petróleo, como combustível barato, está em sua fase derradeira, caberá ao Brasil ser o grande produtor de energia a partir da utilização da riqueza energética contida em sua biomassa.

19 – O FUTURO: SETOR TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL

A capacitação tecnológica e industrial apresenta-se com destacada ênfase nos estados nacionais que priorizam o poder soberano de definir suas opções, não só buscando a absorção do *"know-how"* -- como fazer -- oriundo em geral de entidades alienígenas, mas principalmente estimulando e prestigiando a inteligência nacional na busca do *"know-why"* -- por que fazer -- única forma de assegurar um desenvolvimento auto-sustentado, pois a capacitação sedimentada nos laboratórios nacionais, governamentais e privados dará ao setor industrial o embasamento necessário para a oferta de produtos adequados aos interesses do mercado e, quando oportuno, subsidiando, com argumentos sólidos e competentes, as negociações para a produção local de componentes, equipamentos e sistemas, disponíveis no mercado internacional.

Desde muitos anos, que a definição de áreas estratégicas tem servido como objetivo para a conquista de conhecimentos avançados, que, além de atenderem aos interesses específicos dos projetos, transferem para o parque industrial preciosas informações tecnológicas, indiretamente subsidiadas, possibilitando a oferta de produtos profissionais sofisticados e altamente competitivos.

A Europa, após a Segunda Grande Guerra, é um exemplo didático desse modelo. Seus líderes, na ocasião, preocupados com a defasagem em relação aos Estados Unidos, principalmente, fixaram objetivos no campo da defesa, que resultaram em projetos vitoriosos nos setores aeronáutico e espacial, além dos produtos militares inicialmente especificados, surpreendendo seus competidores com os avançados foguetes Ariane, os revolucionários aviões Airbus e conseqüentes avanços significativos em eletrônica, materiais, química fina etc.

Na atual configuração do mercado mundial, ardorosamente fiscalizado por organizações como a OMC e os "lobbies" dos países industrialmente desenvolvidos, a definição de projetos estratégicos nos campos espacial, da energia e da defesa, entre outros, representa, certamente, a alternativa mais adequada para a superação dos óbices ao

desenvolvimento tecnológico nacional.

O Programa Espacial Brasileiro, perseguindo objetivos pragmáticos, científicos e industriais, deverá prosseguir como meta estratégica, mantidas e expandidas suas linhas de atuação, buscando envolver com a necessária ênfase o ambiente universitário e o parque industrial brasileiro.

A capacitação nacional no desenvolvimento e na fabricação de satélites científicos e comerciais, bem como a expansão dos conhecimentos nas técnicas de interpretação das imagens e modelagem matemática será incentivada, com vistas à progressiva otimização do banco de dados a ser implementado com o Programa SIPAM/SIVAM, possibilitando total domínio nacional sobre as estratégicas informações da região amazônica e ampliando os destacados resultados já obtidos pelos cientistas e técnicos brasileiros.

Prioridade será assegurada ao desenvolvimento e à fabricação de veículos lançadores de satélites, bem como à expansão das atividades de lançamentos científicos e comerciais no Centro de Lançamentos de Alcântara e no Centro de Lançamentos e Rastreio da Barreira do Inferno. Um complexo industrial deverá ser implementado, para a produção dos lançadores nacionais e integração de veículos oriundos das parcerias com países amigos.

No setor energético, prosseguirão os estudos buscando novas técnicas de exploração das reservas hídricas do país e das estratégicas jazidas petrolíferas do nosso subsolo. Considerando-se os recentes dados sobre a realidade das jazidas internacionais de petróleo, com o provável declínio da oferta nos próximos 10 (dez) anos, impõe-se uma severa política de proteção das reservas brasileiras, que garantirão ao país, com base nos dados atuais de consumo, tranqüilos 30 anos de trabalho, em busca de soluções alternativas.

A PETROBRÁS, patrimônio da nação e do povo brasileiro, é inalienável e deverá expandir suas atividades, para transformar-se em uma "*holding*" no setor dos combustíveis. Prioridade máxima será dada ao prosseguimento de pesquisas de combustíveis alternativos, principalmente com base na biomassa, nos moldes do Programa Nacional do Álcool, que será incentivado e ampliado, com as novas tecnologias já de domínio nacional.

O Programa Nuclear receberá atenção especial, tendo em vista as incertezas do futuro, principalmente em termos do fornecimento da energia capaz de assegurar o desenvolvimento nacional. Sendo nosso país detentor de consideráveis jazidas de tório, serão incentivadas as pesquisas para o uso desse combustível e as conseqüentes tecnologias para a produção dos reatores compatíveis.

A inaceitável discricionariedade dos tratados em vigor, TNP em particular, levarão o Brasil a rediscutir a questão nos foros internacionais, em especial com as nações amigas e, em particular, com a Argentina.

Enquanto 5(cinco) países detêm o poder de monopolizar o armamento nuclear (NWSs) -- Estados Possuidores de Armas Nucleares, os demais 173(cento e setenta e três) são relegados à situação humilhante de nações periféricas (NNWSs) -- Estados Não Possuidores de Armas Nucleares e impingidos a assinar tais tratados, sem qualquer contrapartida.

As incertezas futuras, as riquezas do subsolo brasileiro, a exuberante região amazônica com suas cobiçadas jazidas e reservas de água doce, deixam nosso país vulnerável frente às nações hegemônicas, que até o momento não se dignaram a assumir o compromisso de, ao menos, reduzir seus arsenais.

Os recentes experimentos levados a efeito pela Índia e pelo Paquistão, demonstrando aos NWSs que os países em desenvolvimento podem superar as barreiras tecnológicas que lhes são impostas, levantam novos questionamentos sobre as regras existentes no tabuleiro político internacional.

A importância do Brasil no contexto internacional impõe que se estabeleça uma eficiente política de defesa, associando esforços com as nações amigas da América do Sul, de forma a, evitando receios infundados, garantir a soberania da nossa região, com a fixação dos objetivos nacionais almejados por nossos povos.

As empresas brasileiras de interesse da defesa terão tratamento preferencial em termos de legislação, financiamentos e preferência nas aquisições governamentais, respeitados os limites legais da competitividade e da máxima eficiência.

Nas palavras memoráveis do falecido embaixador Araújo Castro, sintetizamos nossa política nos setores da tecnologia e da indústria:

"Nenhum país escapa ao seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza." As soluções medíocres e pequenas não interessam ao Brasil. Temos de pensar grande e planejar em grande escala, com audácia, e isto simplesmente porque o Brasil, ainda que a isso nos conformássemos, não seria viável como país pequeno ou mesmo como país médio.

Ou aceitamos nosso destino como país grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da História, como povo e como nacionalidade.

Mensagem à Nação Brasileira

A Nação Brasileira está sendo dessangrada.

Escolas caindo aos pedaços.

Hospitais apodrecendo.

Nosso povo morrendo de fome.

Um grande esforço deve ser feito, neste momento, em prol da unidade e da salvação nacional.

É hora de unir, não de desunir.

Vamos nos unir, todos nós, cidadãos comuns da nossa terra, que estivemos até agora observando a História.

Vamos, nós mesmos, fazer a nossa História.

Vamos unir, portanto, rua com rua, bairro com bairro, cidade com cidade, estado com estado, todos falando a mesma língua, a língua de uma grande nação, próspera e rica, que será a maior nação do mundo no século XXI.

É preciso mudar toda a concepção política atual, a fim de que se possa revigorar, fortalecer, engrandecer e salvar nossa Pátria.

QUEM É DO PRONA

CARREGA O BRASIL NO PEITO

TELEFONES:
(021) 267-6790 - (021) 267-0432
(011) 232-9558 - (011) 3107-1328

MENSAGEM À NAÇÃO BRASILEIRA

A Nação Brasileira está sendo dessangrada.

Escolas caindo aos pedaços.

Hospitais apodrecendo.

Nosso povo morrendo de fome.

Um grande esforço deve ser feito, neste momento, em prol da unidade e da salvação nacional.

É hora de unir, não de desunir.

Vamos nos unir, todos nós, cidadãos comuns da nossa terra, que estivemos até agora observando a História.

Vamos, nós mesmos, fazer a nossa História.

Vamos unir, portanto, rua com rua, bairro com bairro, cidade com cidade, estado com estado, todos falando a mesma língua, a língua de uma grande nação, próspera e rica, que será a maior nação do mundo no século XXI.

É preciso mudar toda a concepção política atual, a fim de que se possa revigorar, fortalecer, engrandecer e salvar nossa Pátria.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1998

Dr. Enéas Ferreira Carneiro
Candidato à Presidência da República pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional -- P R O N A